

Frei Luís de Montóia e Diogo de Castilho na construção do Colégio da Graça de Coimbra, segundo o «Libro das obras del Collegio»¹

José MARQUES²

Resumo

*Este breve estudo procura revelar o complexo processo da construção do Colégio de Graça de Coimbra, dos Eremitas de Santo Agostinho, impulsionada e conduzida por Frei Luís de Montóia, com a assessoria técnica do conhecido mestre biscainho, Diogo de Castilho. A minuciosa documentação disponível no **Libro das obras del Collegio**, além de permitir conhecer as diversas fases desta obra e as respectivas empreitadas, com os montantes por que foram adjudicadas, identifica diversos mestres e artífices, ligados a este grande e moroso empreendimento, incluindo o escultor Diogo Jaques, que executou várias encomendas para a igreja do Colégio. O presente texto revela ainda como a procura de materiais de construção se repercutiu na actividade económica e social de diversas localidades da região coimbrã, aspectos largamente referenciados, como se impunha.*

Summary

*This brief study tries to reveal the complex process of the construction of the Colégio de Graça in Coimbra, of the Saint Augustine Hermits, promoted and supervised by Friar Luís of Montóia, technically helped by the well-known Biscayan Diogo de Castilho. The meticulous available documentation in the **Libro das obras del Collegio**, besides allowing us to know the several phases of this work and their respective contracts, with the amounts of money involved, identifies several masters and artisans, linked to this great time-consuming enterprise, including the sculptor Diogo Jaques, who performed several orders for the College church. The present text also shows how the search for building materials was reflected on the economic and social activity of several places of the Coimbra area, aspects largely mentioned in this paper, as it would be expected.*

¹ Comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História, em 29 de Outubro de 2008. Independentemente de vir a ser publicada nos *Anais da Academia*, divulga-se também aqui, na esperança de poder ser útil aos historiadores da Arte e do Património.

² Prof. Catedrático da Faculdade de Letras do Porto (ap.) e Investigador do CEPES.

1. Introdução

Com a mudança da Universidade de Lisboa para Coimbra, iniciou-se uma profunda transformação na cidade do Mondego, que para além dos aspectos culturais, se projectou, de forma visível, nos planos urbanístico, económico, artístico, social, demográfico e religioso, que, até então, seria difícil prever.

Neste momento, não poderemos acompanhar estes aspectos com a devida atenção, mas, nem por isso, deixaremos de lhes fazer as referências indispensáveis ao enquadramento do tema que nos propomos desenvolver, começando pela demografia.

É sabido que a inversão da curva demográfica, no sentido ascendente, iniciada entre nós, em datas e localidades diferentes, no segundo quartel do século XV, foi-se afirmando, durante a segunda metade desta centúria, e, vencidas algumas dificuldades das duas décadas iniciais de *Quinhentos*, prosseguiu, ao longo do século XVI. É certo que nesta centúria temos de contar com os efeitos da expansão ultramarina, que, apesar das repercussões demográficas, se fez sentir, especialmente, no crescente intercâmbio comercial com o Oriente e com o Brasil, mas o seu impacto sentia-se, sobretudo, em Lisboa, Algarve e zonas costeiras atlânticas, sendo mais lenta a sua chegada ao interior.

Mais do que os resultados da expansão marítima, Coimbra beneficiou de forma extraordinária, com a instalação da Universidade, dentro dos seus muros, e com todo o movimento cultural e social que esta mudança desencadeou, obrigando-a a expandir-se para fora da velha cerca, tendo contribuído para isso as diversas instituições religiosas que aqui vieram implantar os seus colégios a fim de, pelo menos alguns dos seus membros, poderem frequentar a Universidade, cujo elenco e ordem de implantação é geralmente conhecida³.

Paralelamente - e até com anterioridade - verificou-se na sociedade portuguesa uma preocupação de reforma religiosa, cujos primórdios remontam, de forma inequívoca, aos finais do século XIV, com progressiva afirmação na centúria de *Quatrocentos*, tendo o próprio D. João III tomado, no século XVI, algumas medidas e solicitado ao Romano Pontífice as providências reputadas mais adequadas⁴.

Foi neste contexto que, em 1535, chegaram a Portugal Frei Francisco de Vilafranca e Frei Luís de Montóia com a missão de procederem à reforma do Eremitas de Santo

³ VASCONCELOS, António – Os Colégios Universitários de Coimbra (Fundados de 1539 a 1779), in *Escritos vários, relativos à Universidade Dionisina*. Reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues, vol. I, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian-Reitoria da Universidade de Coimbra, 1987, pp.155-295. GONÇALVES, António Nogueira – Os Colégios universitários e o desenvolvimento da arte. *A sociedade e a cultura no Renascimento*, Coimbra, 1982, pp. 223-238. BRANDÃO, Margarida – *O Colégio de S. Paulo*, vol I, Coimbra, 1973.

⁴ Cf. MARQUES, José – A reforma dos Eremitas de Santo Agostinho no século XVI (1538-1592), in *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época. 24 a 27 de Outubro de 2001. Actas. Volume II. Igreja e Assistência*, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 285-313, especialmente, pp.289-295.

Agostinho⁵, de cuja acção, além de outras iniciativas, as actas dos capítulos provinciais, reunidos, a partir de 1538, ao longo do século XVI, são um excelente testemunho⁶.

É em plena fase da consolidação da transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra e da reforma dos Eremitas de Santo Agostinho, já em bom ritmo, que, a partir de 1543, podemos seguir Frei Luís de Montóia no acompanhamento sistemático das obras do novo Colégio da Graça ou dos Eremitas de Santo Agostinho, fora da couraça coimbrã, mais concretamente, na área da actual rua da Sofia, enquadrado para Norte e para Sul por outros colégios, que mais à frente especificaremos.

A oferta de trabalho que a construção dos novos colégios proporcionava atraía mestres, oficiais e simples trabalhadores dos vários sectores da construção civil, cuja presença e actividade ajudavam a transformar o ambiente social de Coimbra, já marcado por diversas Ordens Religiosas, sobressaindo, além da Sé e do Cabido diocesano, o mosteiro de Santa Cruz, iniciado em 1131.

Entre os mestres chegados a Coimbra, figura Diogo de Castilho, que já tinha realizado obra de mérito em diversas localidades portuguesas, como em Vila Nova de Gaia, e, agora, passava a colaborar estreitamente com Frei Luís de Montóia na obra deste Colégio, onde deixou a marca da sua evolução artística, como mestre da primeira Renascença.

De quanto se disse e para nos conservarmos dentro dos parâmetros enunciados no título desta comunicação, procuraremos acompanhar a actividade de Frei Luís de Montóia e a colaboração que lhe prestou na obra deste colégio o mestre biscainho, Diogo de Castilho.

Feita esta breve alusão às circunstâncias históricas que aproximaram estes dois personagens e ao contexto em que se processou a sua estreita colaboração na construção deste importante colégio coimbrão, é tempo de apresentarmos os principais aspectos a desenvolver ao longo desta comunicação:

- Nótulas biográficas destes dois intervenientes
- A principal fonte – o «*Libro das obras del Collegio*»
- Patrocinadores
 - Fases da obra:
 - compra de terrenos e outros preparativos
 - contratos com artistas e para aquisição de materiais:
 - pedraria: dormitório, refeitório, cisterna, janelas,
 - muros, desaterros, remoção do entulho...
 - subempreitadas: claustro, varandas, escadas, cisterna ...
 - contratos: - para fornecimento de madeiras
 - com os telheiros, carpinteiros (móveis do refeitório), tubos ou canudos
 - com os caieiros, ferreiros, pintores.
 - com Diogo Jaques para as esculturas (Sra. do Pópulo, sacrários, crucifixo, etc.).

⁵ ALONSO ROMO, Eduardo Javier – *Luís de Montóia, un reformador castellano em Portugal*, Editorial Agustiniãna, Guadarrama (Madrid), 2008, p. 45: - «*Intravimus Lusitaniam in die sancti Iacobianni Domini 1535*».

⁶ A. D. B., Ms. 688-691.

- Conclusão.

Delineado o esquema da nossa exposição, impõe-se proceder ao desenvolvimento possível de cada um dos pontos enunciados, alguns dos quais terão de ser ampliados, especialmente, quanto ao processo de construção do colégio dos Eremitas de Santo Agostinho ou da Graça de Coimbra, como na devida altura se verá.

2. Nótulas biográficas destes dois intervenientes

Talvez pareça estranha a introdução destas notas biográficas dos principais intervenientes na construção deste colégio dos Eremitas de Santo Agostinho, em Coimbra, meia dúzia de anos após a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, mas julgamos indispensável clarificar as circunstâncias que os aproximaram e converteram nos responsáveis maiores por esta obra de extraordinária importância, nos planos artístico, cultural e religioso, como teremos oportunidade de verificar.

Por uma questão metodológica e de maior clareza, apresentaremos separadamente estas notas, começando pelo principal dinamizador desta obra – Frei Luís de Montóia -, cuja presença em Coimbra precedeu o início das obras deste colégio e se prolongou para além da sua conclusão, como prior do convento e responsável pelo colégio, até 1566, ano em que, tendo pedido pela segunda vez dispensa do exercício das funções de vigário geral, o Geral da Ordem, Frei Cristóvão de Pádua, autorizou que o capítulo provincial elegesse um provincial português⁷.

Embora nos interesse, essencialmente, o período da sua vida ligado à construção do Colégio da Graça de Coimbra, uma vez que este projecto se integra na missão reformadora que o trouxe a Portugal, com Frei Francisco de Vila Franca – facto que, no conceito dos seus superiores, o impõe como religioso altamente prestigiado -, valerá a pena apresentar algumas notas que nos ajudem a compreender a sua personalidade. A vida e a obra de Frei Luís de Montóia têm sido, compreensivelmente, muito estudadas por investigadores da sua Ordem, em particular, mais recentemente, por Carlos Alonso⁸ e Eduardo Javier Alonso Romo⁹, sendo na obra deste último que respigamos algumas notas referentes ao período anterior à sua chegada a Coimbra.

Podemos, assim, adiantar que Luís de Montóia, filho de Álvaro de León e Inês de Montóia, nasceu em Belmonte, na Alta Mancha, actual diocese de Cuenca, Espanha. Pelo lado materno, era descendente de fidalgos, motivo por que assumiu o sobrenome de Montóia¹⁰. Em 26 de Abril de 1514, com dezasseis anos, entrou no convento dos agostinhos de Salamanca¹¹, vindo a receber a ordenação sacerdotal, em Junho de 1519,

⁷ ALONSO ROMO, Eduardo Javier – *Luís de Montóia, un reformador castellano en Portugal*, Editorial Agustiniiana, Guadarrama (Madrid), 2008, pp. 54-55. O primeiro pedido tinha sido feito, em Setembro de 1551, mas o Geral, Frei Cristóvão de Pádua, não o aceitou.

⁸ ALONSO, Carlos – La fundación del colegio agustiniano de N.tra Sra. de Gracia de Coimbra (1543-1551), in *Revista da Universidade de Coimbra*, 36 (1991), 327-341. IDEM – Agostinhos, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000. IDEM – *Os Agostinhos em Portugal*, Madrid, Religiión y Cultura, 2003, pp. 61-87.

⁹ ALONSO ROMO, Eduardo Javier – *Luís de Montóia, un reformador castellano en Portugal*, Editorial Agustiniiana, Guadarrama (Madrid), 2008.

¹⁰ IDEM – *O. c.*, p. 19.

¹¹ IDEM – *O. c.*, p. 24.

sendo logo eleito prior desse colégio para o triénio de 1519 a 1521. Neste último ano, foi nomeado mestre de noviços e, para o período de 1523 a 1525, foram-lhe, novamente, confiadas as funções de prior desse mesmo colégio¹². Terminado este mandato, em 1526, foi nomeado prior do convento de Medina del Campo, onde se conservou até ser enviado com Frei Francisco de Vila Franca, para Portugal, onde chegaram no dia 25 de Julho de 1535, como ele próprio registou num dos seus manuscritos: «*Intravimus Lusitaniam in die sancti Iacobi anni Domini 1535*»¹³. O objectivo da sua missão em Portugal, bem como a de Frei Francisco de Vila Franca, era procederem à reforma desta província dos Eremitas de Santo Agostinho, e aqui permaneceu, durante quase trinta e quatro anos e meio, até falecer, em Lisboa, em 17 de Setembro de 1569¹⁴.

Não é ainda o momento de avaliarmos a sua acção reformadora, a que não é estranha a sua produção literária no campo da espiritualidade, mas pelo conhecimento que temos por outras fontes, podemos afirmar que foi altamente positiva.

E que dizer de Diogo de Castilho?

Diogo de Castilho, natural da Junta de Cudeo, da merindade de Trasmiera, da então comarca da Biscaia, era meio-irmão de João de Castilho¹⁵, sendo o mestre da Renascença coimbrã que mais interesse despertou, entre os investigadores de História da Arte, tanto em Coimbra como no Porto, no século passado e até no presente, bastando recordar os nomes de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho¹⁶, Magalhães Basto¹⁷, A. Nogueira Gonçalves¹⁸, Pedro Dias, Maria de Lurdes dos Anjos Craveiro¹⁹, etc., cujos contributos para a sua biografia e percurso artístico, não é possível condensar aqui.

Em ordem ao nosso objectivo, além de sabermos que tinham origem nobre, com armas, que, reconhecidas por D. Sebastião, ele e os irmãos (António, Pêro, Manuel e, eventualmente, Gonçalo) passaram a poder usar em Portugal, por carta de 7 de Janeiro de 1561, sabendo-se também que o pai viera viver a estes Reinos nos princípios do século XVI²⁰, e que os membros desta família estiveram ligados a grandes obras realizadas em vários pontos de Portugal, sobretudo, na primeira metade do século XVI. Nesse sentido, basta esclarecer que Diogo de Castilho, em 7 de Abril de 1524, era «mestre da obra dos Paços de Coimbra», com o ordenado anual 3.000 reais, a partir

¹² IDEM – *O. c.*, p. 30.

¹³ IDEM – *O. c.*, p. 45.

¹⁴ IDEM – *O. c.*, p. 148.

¹⁵ CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos – *Diogo de Castilho e a arquitectura da Renascença, em Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, p. 7-8. Dissertação de Mestrado, policopiada, inédita.

¹⁶ CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de – *João de Ruão e Diogo de Castilho. Notas à margem de um compromisso: MDXLV-MDLXX*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

¹⁷ BASTO, A. Magalhães – *Acerca de Diogo de Castilho. Artista da Renascença coimbrã. (Apostila ao «Dicionário dos Arquitectos» de Sousa Viterbo*, separata de «O Instituto, vol. 88», Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1935.

¹⁸ GONÇALVES, António Nogueira – *Os Colégios universitários e o desenvolvimento da arte. A sociedade e a cultura no Renascimento*, Coimbra, 1982, pp. 223-238.

¹⁹ CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos – *Diogo de Castilho e a arquitectura da Renascença em Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990. Dissertação de Mestrado. Inédita.

²⁰ CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de – *João de Ruão e Diogo de Castilho*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1921, p. 26.

de 1528, acrescidos de 2.000 reais, a título de mantimento²¹. Em 1531, foi nomeado, por carta régia, mestre das obras de pedraria e alvenaria do mosteiro de Santa Cruz e, em 1547, passou a ser mestre de pedraria e alvenaria da Universidade, como até ali o fora das obras de Santa Cruz²². Em carta régia, de 18 de Março de 1547, é designado «cavaleiro da minha casa»²³, o mesmo se verificando, depois, em 20 de Novembro de 1551, no contrato das obras do Colégio das Artes²⁴. Para encerrarmos estas notas, podemos acrescentar que foi vereador da Câmara de Coimbra, desde 1559 até 1569, ano em que foi destituído dessas funções, por sentença régia, por ter favorecido o Mosteiro de Santa Cruz num pleito em que este andava envolvido por uma questão de águas²⁵, sabendo-se também que na década seguinte, mais concretamente, em 2 de Julho 1563, e, depois, em 1566, foi eleito Provedor da Misericórdia de Coimbra²⁶.

Naturalmente, não podemos deixar de nos interrogar sobre a actividade deste grande mestre, entre 1533 e 1547. Magalhães Basto, depois de ter referido a sua ligação ao Porto por ter casado, antes de 7 de Novembro de 1526, com Inês Ilharco, filha de Gonçalo Ilharco, morador no Porto, e que D. João III, por carta de 1 de Dezembro de 1527, lhe concedeu «todas as honras, liberdades e franquezas» de que gozavam os cidadãos do Porto e de algumas vistorias feitas, em 1539, em obras do Porto e seu termo, de 1539 a 1541, liga-o, de algum modo, ao início da obra do mosteiro da Serra do Pilar, cuja traça lhe atribui²⁷. E este breve, mas interessante artigo reserva para a parte final estas afirmações: «*Cremos pois que de 1539 a 1541, e mesmo durante mais alguns anos, Diogo de Castilho esteve ocupado nos trabalhos da construção do Mosteiro e Igreja da Serra, visto que em 1543 êle se encontrava no Porto e não consta que tivesse executado outras quaisquer obras nêsse período. E como em 1547 já o vemos em Coimbra encarregado das obras da Universidade, talvez se possa inferir que só então, ou pouco antes, a sua tarefa no Porto estivesse concluída*»²⁸.

Embora deste texto se pudesse concluir que Diogo de Castilho prolongou a sua ligação à obra do Mosteiro de Serra do Pilar até 1547, podemos adiantar que foi, precisamente, entre 1543 e 1548, que ele colaborou intensamente com Frei Luís de Montóia na construção do Colégio da Graça, de Coimbra, como a parte central deste estudo demonstrará, período em que já se encontrava em Coimbra o primeiro grupo de colegiais desta Ordem, que aí iniciaram o primeiro ano do curso de Artes.

²¹ CRAVEIRO, M. L. A. – O. c., p. 11.

²² BASTO, A. de Magalhães – Acerca de Diogo de Castilho, artista da Renascença coimbrã, separata de *O Instituto*, vol. 88.º, Figueira da Foz, 1935, pp. 3-4. Ver também CRAVEIRO, M. L. A. – O. c., p. 11,

²³ *Documentos de D. João III publicados por Mário Brandão*, vol. III, Coimbra, Universidade, 1939, p. 85. Ver também nota seguinte.

²⁴ CRAVEIRO, M. L. A. – O. c., p. 12.

²⁵ CRAVEIRO, M. L. A. – O. c., pp 12-13.

²⁶ IDEM – O. c., p. 13.

²⁷ BASTO, A. de Magalhães – O. c., – p. 4-8

²⁸ IDEM – O. c., p. 10. De 1550 a 1558, foi Arcebispo de Braga.

3. A principal fonte – o «*Libro das obras del Collegio*».

Apesar dos vários estudos dedicados aos colégios de Coimbra – considerados colégios universitários²⁹ – fundados por diversas Ordens Religiosas, pelo bispo do Porto, D. Frei Baltasar Limpo (1530-1550)³⁰, e até por particulares³¹, com o intuito de que todos ou, ao menos, parte dos seus colegas frequentassem as aulas na Universidade, temos de reconhecer que tais estudos estão, essencialmente, orientados para o conhecimento da sua funcionalidade em termos religiosos e académicos e como expressões das correntes artísticas vigentes na arquitectura, à data das suas construções, e da identificação dos mestres responsáveis pelos respectivos projectos, pouco se sabendo relativamente ao complexo processo que representou a construção de cada um deles.

Poderá haver diversas justificações para esta generalizada situação, sendo, provavelmente, a mais determinante a inexistência da contabilidade pormenorizada de todas as receitas e despesas de cada uma destas obras.

Neste contexto, o Colégio da Graça, se não é excepção, pelo menos, é verdadeiramente privilegiado, porque se conserva o *Libro das obras del Collegio de Nuestra Señora de Graça de Coimbra*, iniciado no dia 3 de Março de 1543, com a menção de todas as receitas destinadas às suas obras, que estavam no início.

Para além da descrição codicológica desta preciosa fonte, através das suas laudas, além de ficarmos a conhecer quem foram os patrocinadores desta grande obra e o montante dos contributos individuais, mesmo quando dados em diversas prestações, regista, na íntegra, os numerosos contratos celebrados por Frei Luís de Montóia ou pelos seus representantes com os numerosos proprietários que venderam os terrenos necessários à sua implantação e áreas anexas indispensáveis, com os mestres dos vários sectores da construção, com os mestres das oficinas que forneceram matérias primas ou já manufacturadas, com trabalhadores do mais variados serviços, incluindo os que se encarregavam dos transportes de materiais por via terrestre e fluvial, etc.

Pela sua leitura podemos acompanhar o ritmo de crescimento da obra, desde os alicerces, a regularidade nos pagamentos dos salários e dos materiais fornecidos, permitindo, inclusive, conhecer o valor dos salários individuais e o preço unitário de muitos artigos adquiridos, sem faltar, sequer, o cômputo global do valor da obra, etc.

Não podemos continuar esta exposição sem informar que esta importante fonte histórica se encontra no Arquivo Distrital de Braga, onde tem a cota arquivística: *Ms*.

²⁹ VASCONCELOS, António – Os Colégios Universitários de Coimbra (Fundados de 1539 a 1779), in *Escritos vários*, relativos à Universidade Dionisina. Reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues, vol. I, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian-Reitoria da Universidade de Coimbra, 1987, pp.155-295. GONÇALVES, António Nogueira – Os Colégios universitários e o desenvolvimento da arte. *A sociedade e a cultura no Renascimento*, Coimbra, 1982, pp. 223-238. RODRIGUES, Manuel Augusto – O Colégio de S. Bento de Coimbra, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1985, pp. 187-205.

³⁰ *Libro das obras*, fls. 7v-8 e 51.

³¹ Tal é o caso do Colégio de Rui Lopes: - «*Item medimos a Antonio Lopez la parede de pedra y cal que fizo entre nos y el colégio de Ruy Lopez e fallamos IIIº braças y mea y pagamos le a IIIº por braça que monta XVI UD (= 16.500) reays*», (*Libro das obras*, fl. 7v e 51).

1019 (*Libro das obras* - 1543), aí se encontrando também outra documentação relativa à Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, que, pela sua importância, deve ter sido levada para Braga por D. Frei Agostinho de Jesus e Castro, que aí pontificou como Arcebispo Primaz, desde 1588 até 1609.

4. Patrocinadores

Afirmámos, de início, que a construção deste Colégio dos Eremitas de Santo Agostinho, em Coimbra, se insere no contexto de reforma da Ordem, em que, desde 1535, andavam verdadeiramente empenhados, como vigários para a província portuguesa, Frei Francisco de Vila Franca e Frei Luís de Montóia, projecto em que, numa dimensão mais ampla, contava com o apoio do próprio D. João III. A decisão régia de transferir a Universidade para Coimbra surgiu quando o movimento de reforma da Ordem, em que estes dois vigários para a província andavam profundamente interessados, já se fazia sentir, de forma mais visível, através dos capítulos provinciais, e tendo-se já celebrado o de Évora, em 1536, estavam a preparar o de 1538, no convento da Graça, em Lisboa, no qual foi decidido que o de 1540 teria lugar, no convento de Évora.

A possibilidade de, em Coimbra, virem a realizar os estudos na Universidade, quando, até então tinham de enviar os seus alunos para o convento e colégio de Évora, não foi desperdiçada, e, por ocasião da visita do Geral Seripando a Portugal, em meados de 1541, fico apalavrada a erecção do colégio de Coimbra, tendo passado a contar com a promessa do apoio do monarca D. João III, na esperança de que aí se formassem missionário para as Índias. Uma decisão de tanta importância e responsabilidade tinha que ser cuidadosamente preparada e, em 13 de Novembro de 1542, chegou a Coimbra Frei Luís de Montóia com vinte religiosos, que se instalaram em casas alugadas, começando, então, o primeiro curso de Artes.

Esta instalação precária constituía mais um factor de pressão a urgir a construção do necessário e desejado Colégio, cujo projecto já devia estar bastante avançado e os pormenores das obras, igualmente, amadurecidos para se poderem iniciar no primeiro trimestre do ano seguinte. Com efeito, o *Libro das obras* começa, em 3 de Março de 1543, com o registo de dois mil cruzados, enviados pelo Rei, D. João III, para se começar as obras: - «*A tres de Março de 1543 annos nos enbio el señor Fernand'Alvarez los dos mill cruzados que el Rey nuestro señor nos mando dar pera començar las obras del Collegio de Nuestra Señora de Gracia de Coimbra. Truxo estos dos mill cruzados un moço d'estribera del Rey que se llama Matos, los quales pusimus en nuestro deposito y dell se ham gastado lo que se fallare en este libro que se ha dado a Juan Gonzales nuestro mayordomo pera que por su mano se faça la despensa desta obra ---- - D III^e U»³².*

Não devia ser a primeira verba que chegava para esta obra, porque, embora no corpo do texto se fale de dois mil cruzados, na soma, à margem, constam oitocentos mil [reais]. E as quantias entregues por ordem régia sucedem-se, com destinos concretos: para a *hospedaria*; para a *compra dos terrenos* onde seria implantada a obra, alguns

³² *Libro das obras*, fl. 2. Apesar da nomeação deste mordomo, que teria também funções de tesoureiro, pelo teor de muitas passagens deste livro, redigidas na primeira pessoa do singular, cremos que é da mão de Frei Luís de Montóia. Gostaríamos de poder dispor de outros textos, comprovadamente da sua mão para termos a confirmação desta afirmação.

dos quais logo foram vedados, sabendo-se que, em 15 de Fevereiro de 1544, o mesmo monarca lhes enviou por António Leitão mil cruzados e, em Maio seguinte, aproveitando a presença de Frei Luís de Montóia no capítulo de Évora, lhe deu mais quatrocentos cruzados para as referidas obras.

Neste capítulo das *receitas*, é necessário ter presente também as numerosas e avultadas verbas enviadas ou entregues, pessoalmente, por Frei Francisco de Vila Franca, que apesar de ser como ele um dos vigários responsáveis pela província portuguesa, que Frei Luís de Montóia não se cansa de designar como «*mi padre y compañero*», e cujas remessas monetárias revelam bem quanto ele se sentia comprometido com a rápida construção deste colégio, sendo elucidativo este registo: - «*Item quando mi padre compañero Fray Francisco de Villa Franca vino a Coimbra la primera vez nos truxo sesenta mill reays³³ que eram del convento de Lisboa y nos los dio pera comenzar el dormitorio --- LX U³⁴*». Não pretendemos registrar aqui todas as doações régias para esta obra, mas como expressão do apoio de D. João III a esta obra, convém recordar que, em 1 de Janeiro de 1545, Fernando Álvares enviou para a obra mais trezentos cruzados para a hospedaria, e em Julho seguinte, por ordem régia, fazia chegar a Coimbra uma cédula no valor de cem mil reais destinados à obra do dormitório, sendo pelo teor do registo desta última verba que concluímos que a anterior procedia também de ordem régia³⁵. A liberalidade do *Piedoso* ficou mais uma vez expressa, quando, em Dezembro de 1546, ofereceu cem mil reais para as obras em curso e noventa e dois mil reais para a compra de três propriedades da quinta do Colégio, e, em Setembro de 1547, a título de esmola, enviou para as obras mais trezentos cruzados³⁶.

A preocupação de que não faltassem os pagamentos relativos ao bom andamento das obras, além desta ofertas da Coroa, obrigou o principal gestor a contrair alguns empréstimos junto do bispo de Coimbra, D. João Soares (1545-1572), como aconteceu no mês de Maio de 1545, em que o recebedor do prelado lhes emprestou, de uma vez, cem mil reais e, de outra, ostenta mil reais, sabendo-se que foram entregues mediante ou «*por asignados mios los quales mi pdre compañero avia de pagar al señor Obispo*». Posteriormente, o mesmo prelado emprestou-lhes mais vinte mil reais, ascendendo, por isso, a dívida ao prelado diocesano a duzentos mil reais, que ficaram integralmente pagas, porque, tendo sido pagos os dois primeiros empréstimos, de cento e ostenta mil reais, o referido bispo ofereceu-lhe os últimos vinte mil³⁷.

A leitura atenta desta secção do *Libro das obras* esclarece, ainda, as formas de circulação destes valores, por vezes, chegados através de *cédulas*, que o almoxarife de Coimbra devia pagar. No conjunto sobressai o alto patrocínio do monarca, bem expresso nas *armas reais*, patentes tanto na fachada e no claustro do colégio como na da sua igreja.

³³ Inicialmente, hesitamos em transcrever a abreviatura *rrs* por *reaes* ou *reales*. Dado, porém, que na fl. 167 se encontra a forma **Reays**, escrita por extenso, utilizámo-la em todos os casos, embora convertendo o **R** em **r** minúsculo, de acordo com as normas seguidas.

³⁴ *Libro das obras*, fl. 2.

³⁵ *O. c.*, fl. 2v.

³⁶ *O. c.*, fl. 3.

³⁷ *O. c.*, fl. 2v.

4. Fases da obra

Um dos aspectos mais importantes deste *Libro das obras* reside, precisamente, no facto de conter os contratos celebrados entre D. Frei Luís de Montóia - (por vezes, substituído por seus delegados) - e os diversos responsáveis pela execução das tarefas que lhes eram confiadas, a fim de fazer avançar a obra deste colégio, tanto mais que já se encontravam em Coimbra mais de duas dezenas de colegiais e os respectivos superiores, provisoriamente instalados em casas arrendadas, os quais aguardavam, ansiosamente, a hora de nele se poderem instalar.

Apesar de termos designado este ponto como «fases da obra», convém esclarecer que não se trata de fases subordinadas a uma rigorosa sequência cronológica, que a evolução dos trabalhos, em muitos aspectos impunha, mas antes ao que diz respeito a trabalhos específicos: aquisição dos terrenos, trabalhos de pedraria, madeiramentos, telhados, encomenda de móveis, ferragens, esculturas, etc., que analisadas individualmente ajudarão a compreender as suas reais dimensões, os artistas contratados para as executar e até os montantes que foi necessário pagar por cada uma delas.

Detenhamo-nos, por isso, um pouco em cada uma delas:

4. 1. Aquisição dos terrenos.

Este e outros novos colégios tiveram de se implantar fora dos muros da cidade de Coimbra, dada a falta de espaço no seu interior. Para alguns deles o monarca dispensou-lhes parcelas de terreno, que, mesmo não sendo suficientes, constituíam um significativo apoio material e uma prova da sua estima pelas Ordens a que pertenciam, assim beneficiadas, tendo também o Mosteiro de Santa Cruz disponibilizado alguns terrenos para o mesmo fim.

Em relação ao Colégio da Graça, por uma carta de D. João III para Frei Brás de Braga, que presidia ao Mosteiro de Santa Cruz, escrita por Henrique da Mota, ficámos a saber que a fundação deste Colégio já estava prevista, em 6 de Outubro de 1539, pois, na referida carta, ao recusar a cedência de certos terrenos pedidos, acrescentava também que tinha prometido um chão «para os padres da Graça»³⁸.

Admitindo que esta anunciada promessa se concretizou, foi necessário adquirir outras parcelas de terreno, para as quais o mesmo monarca concorreu com algumas verbas, expressamente destinadas aos respectivos pagamentos.

Neste, como na gestão de outros negócios relativos a este colégio, que estava em construção, ocupa um lugar preponderante Frei Luís de Montóia, que, em 19 de Abril de 1544, comprou a Francisco Fernandes, sapateiro, o olival que tinha acima do *colégio de Rui Lopes Carvalho* por doze mil reais, tendo-lhe adiantado mil reais, entrando logo na posse efectiva do mesmo, ficando de lhe dar o resto do preço por ocasião da escritura de venda³⁹. Em 17 de Março do ano seguinte (1545), comprou a Domingos Fernandes - como o anterior, sapateiro em Coimbra - um pedaço de terreno que ele trazia aforado de Santa Justa, para o integrar «en nuestro Monte Oliveti»⁴⁰

³⁸ CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos – *Diogo de Castilho e a arquitectura da Renascença em Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, p. 103 (ver a nota 82). Dissertação de Mestrado. Policopiada.

³⁹ *Libro das obras*, fl. 15.

⁴⁰ *O. c.*, 15.

Entre os terrenos comprados, figura um pedaço de olival de Santa Cruz de Coimbra, que Gonçalo Botelho trazia aforado, tendo sido com ele que o negócio foi realizado, em 16 de Julho de 1544, pela quantia de seis mil reais, vindo a propósito esclarecer que esta parcela se destinava a ampliar a cerca do Colégio da Graça, do lado do colégio do doutor Rui Lopes⁴¹. Alguns meses depois, em 9 de Novembro de 1544, Frei Luís de Montóia comprou mais três propriedades que estavam na quinta que os Eremitas já possuíam, em Santa Comba, por 60.825 reais⁴².

Em Dezembro de 1546, o Rei enviou-lhe 92 000 reais para comprar três propriedades da quinta; e em Agosto de 1547, deu-lhe mais 25.000 reais para pagamento do olival que Sebastião (*Bastião*) da Silva lhe tinha vendido⁴³. Os Eremitas compraram também «*el chao mas alto del Monte Oliveti*» pela quantia de vinte mil reais, tendo pago pela escritura do mesmo trezentos reais⁴⁴.

Por estas amostras verifica-se que as propriedades compradas, além de resolverem o problema da ampliação da cerca do colégio, visavam também consolidar algumas unidades agrícolas, indispensáveis ao sustento da nova comunidade eremítica, de Coimbra.

A necessidade de assegurar o domínio destas propriedades e, ao mesmo tempo garantir a privacidade da comunidade, quando aí estivesse instalada, obrigava a ir procedendo à vedação das novas aquisições, quer pelo lado da Conchada, em empreitada confiada a Manuel Gaspar, por contrato, datado de 11 de Fevereiro de 1544, para fazer cem braças de cerca, cujas condições ficaram minuciosamente descritas⁴⁵. Poucos dias depois, em 19 desse mesmo mês e ano, deparamos com um novo contrato para a construção de sessenta braças de cerca ou vedação do terreno do colégio com o pedreiro Manuel Luís e a obra continuou, a ponto de, em 4 de Julho seguinte, ao ser medida a parte que estava feita, terem verificado que já ascendia a cento e trinta e seis braças⁴⁶. Nesse mesmo dia 19 de Fevereiro de 1544, foi celebrado o contrato de sessenta e quatro braças de parede com o pedreiro Gaspar da Costa, para prosseguir a vedação da cerca do colégio⁴⁷.

Estas breves notas sobre a aquisição e vedação dos terrenos indispensáveis para o normal desenvolvimento da comunidade eremítica agostinha ajudam a compreender os numerosos problemas de ordem material que Frei Luís de Montóia teve de enfrentar logo no início da construção desta importante obra, que, apesar da vicissitude dos tempos, ainda se pode admirar, em Coimbra.

4. 2 O complexo processo das obras

Como acima referimos, nos estudos sobre os colégios de Coimbra, mesmo os pertencentes a Ordens religiosas, tem-se prestado particular atenção, essencialmente,

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Libro das obras*, fl. 124,

⁴³ *O. c.*, fl. 3.

⁴⁴ *O. c.*, fl. 15.

⁴⁵ *O. c.*, fl. 91v.

⁴⁶ *O. c.*, fls. 108-108v.

⁴⁷ *O. c.*, fl. 110.



Fig. 1 – Colégio da Graça – Coimbra, visto de sudeste. À direita, a fachada da igreja, com a imagem da Senhora do Pópulo, referida neste estudo.

à sua ligação à Universidade, o que é compreensível, dado o interesse cultural que ela representava na estratégia da formação intelectual dos estudantes de todos eles, e a importância destes edifícios no campo da História da Arte da Renascença e dos períodos seguintes, a que também nos referiremos.

Neste momento, preferimos centrar a nossa atenção na própria fase das obras: nos mestres que contrataram e realizaram as respectivas empreitadas, sem esquecermos os preços de cada uma delas e no impacto social que esta obra teve na sociedade coimbrã e do seu termo, cujas populações beneficiaram com a oferta de trabalho remunerado e até de contratos inesperados, que, pelo menos durante seis anos, proporcionou a diversos mestres artistas e aos seus colaboradores, a trabalhadores não qualificados, a proprietários de matas nas regiões de Penela, Coja⁴⁸ e Tentúgal, etc., a pequenas empresas telheiras e de fornos de cal, carreteiros, almocreves, almadieiros, etc.

Na impossibilidade de introduzirmos aqui todos os elementos fornecidos pela fonte que estamos a analisar, tentaremos apresentar o essencial das obras de pedraria, carpintaria, cobertura das várias dependências do Colégio, obras em ferro, etc.

É certo que alguns aspectos de obra tão vasta e demorada, como se verifica pelas datas dos contratos, decorreram simultaneamente ou com uma diferença de tempo muito limitada. Por uma questão metodológica, optámos por tratá-las separadamente,

⁴⁸ Pronuncia-se: *Côja*.

a fim de melhor salientarmos os seus responsáveis e colaboradores e as características mais notórias de cada uma delas.

4. 2. 1. Obras de pedraria

Antes de avançarmos com especificações concretas, convém estabelecer, com alguma segurança, a partir de que data é que podemos fixar o início da obra deste colégio. Dissemos, mais acima, que esta construção teria ficado apalavrada com D. João III, em meados de 1541, por ocasião da visita do Geral da Ordem, Seripando, e que o monarca, dois anos antes, já reservava terrenos para a mesma.

Mas quando se iniciou, efectivamente, a obra?

A resposta encontra-se num registo datado de 4 de Março de 1543, relativo às contas com Diogo de Castilho e por ele assinado, que é do teor seguinte: - *«Item a quatro dias de Março de 1543 años dimos quinientos cruzados a Diego del Castillo empleytero de la obra de albañeria y pedreria de la obra del collegio de Nuestra Señora de Gracia de Coimbra pera en parte de pago de la obra que fiziere en el dito collegio⁴⁹ los quales le dio Juan Gonzales nuestro procurador. Y por verdad assigno aquí IF U».*

(Assinado): *Diogo de Castillo».*

Nesta nota de pagamento antecipado de quinientos cruzados, isto é de 200.000 reais, **Diogo de Castillo** é apresentado como « *empleytero de la obra de albañeria y pedreria de la obra del collegio de Nuestra Señora de Gracia de Coimbra pera en parte de pago de la obra que fiziere en el dito collegio*», aí se afirmando expressamente que esta verba lhe é entregue como parte do pagamento da obra de alvenaria e pedraria que ele fizesse neste Colégio⁵⁰.

Podemos, por isso, afirmar que a obra se iniciou, em 4 de Março de 1543 ou num dos dias imediatos.

Em 23 de Abril desse mesmo ano, foram pagos a Diogo de Castilho mais cem mil reais pela obra que estava a fazer neste Colégio, segundo o contrato oportunamente feito, datando de 29 de Maio seguinte um novo pagamento de dezasseis mil reais, relativos à mesma obra.

Os trabalhos prosseguiram a bom ritmo e, em 23 de Janeiro de 1544, por si próprio ou por intermédio de Pêro Luís e Jorge Dias tinha recebido mais 320.000 reais, como Diogo de Castilho confirmou com a sua assinatura⁵¹.

À descrição das portas grandes e pequenas e das janelas e frestas feitas e assentes no refeitório, bem como de muitas outras peças para frestas, arcos e três chaminés de pedras, temos de acrescentar as destinadas ao alpendre, nomeadamente: arquitraves, colunas, bases e capitéis. Além de todo este trabalho realizado, estava em curso a construção da *cisterna*, da *pia de água* benta, toda a fachada da casa e a *ministra* da portaria. Por toda esta obra de alvenaria e pedraria Frei Luís de Montóia e Diogo de Castilho, na presença de Henrique de Parada, combinaram pagar 636.726 reais,

⁴⁹ Seguem-se cortadas duas palavras que não tinham sentido na frase.

⁵⁰ *Libro das obras*, fl. 6. Ver *apêndice*, doc. n.º 1.

⁵¹ *Ibidem*.

sendo, apenas, de lamentar que não tivesse ficado registada a data desta determinação, subscrita pelos três⁵².

A partir desta altura, Diogo de Castilho aparece preponderantemente como supervisor das obras em curso e a presidir à medição das obras, emergindo como responsáveis pela execução dos trabalhos de pedraria António Fernandes e Diogo Fernandes, que figuram nas sucessivas notas de pagamento, tendo-lhes sido medidas, em 29 de Abril de 1544, entre outros trabalhos executados: o casco e a arcaria da cisterna, a parte da cerca por eles feita do lado dos padres do Carmo e na parte que confinava com o colégio de Rui Lopes, as trinta e nove braças de algeroz na parede do lado da rua e «*todolos tellados desta casa bien feitos ya acabados e com cannos pera la cisterna*» e as cimalthas da livraria, com a menção das verbas pagas por cada uma destas obras⁵³.

O ano de 1544 ficou marcado pela assinatura de diversos contratos, relativos a várias partes fundamentais desta casa. Assim, em 4 de Julho, Frei Luís de Montóia e Diogo de Castilho contrataram com o pedreiro Gaspar da Costa, morador em Coimbra, fazer todas as paredes de alvenaria do *refeitório* e metade do dormitório deste colégio em construção, determinando as condições a que devia obedecer a empreitada, que, por brevidade não se reproduzem aqui, à excepção de uma que reflecte bem a urgência que havia na construção deste grande edifício: - «*Item fará esta obra muy bien hecha y farta de cal e com la área necessaria y no mas y aguara las paredes lo que sea necessário. Y será obligado a trazer en la obra todos los oficiales que le mandaremos pera que la obra se faça en tres meses*⁵⁴». Dias depois, em 14 do mesmo mês de Julho, deparamos com novo contrato para a construção do *refeitório* e do dormitório, mas, agora, com o pedreiro Manuel Bernardes, morador também em Coimbra, associado ao referido Gaspar da Costa, ficando assente que estes empreiteiros eram obrigados a abrir os alicerces de toda a obra, com cinco palmos (1,10^m) de fundo, e se houvesse necessidade de outros seriam feitos por conta do colégio. O transporte da pedra incumbia aos mencionados empreiteiros, tendo lhes adiantado o representante da Ordem dez mil reais para comprarem uns bois e para pagarem aos cabouqueiros que abririam os alicerces⁵⁵.

A necessidade de ter prontas as cimalthas para rematar certas paredes levou o representante da Ordem a contratar com o pedreiro João Dias a execução de cinquenta varas (55m) de cimaltha, igual à do claustro do colégio⁵⁶.

No dia 8 de Agosto de 1544, teve lugar o contrato feito por Frei Luís de Montóia, acompanhado por Diogo de Castilho, com os pedreiros João Luís e Jerónimo Afonso

⁵² *Libro das obras*, fl. 7. Apesar de neste estudo nos apoiarmos inúmeras vezes no *Libro das obras*, que sempre referimos, pareceu-nos conveniente divulgar alguns dos muitos contratos de empreitadas e subempreitadas que foi necessário fazer, ao longo dos quase sete anos que demorou a construção deste Colégio e da respectiva igreja. Mesmo tendo referido diversos desses contratos, quer no texto, quer em notas de rodapé, pareceu-nos importante apresentá-los na íntegra, em *apêndice*, para eles remetendo também, quando nos parecer necessário.

⁵³ *O. c.*, fl. 7v.

⁵⁴ *O. c.*, fl. 119. Ver *apêndice*, doc n.º 7.

⁵⁵ *O. c.*, fl. 119v.

⁵⁶ *O. c.*, fl. 141.

para fazerem toda a pedraria necessária para a *sacristia* e a casa do *capítulo*, deste colégio, que também era convento, embora, às vezes, surja o termo de *mosteiro*, documento em que também figura, ao nível do principal outorgante, o nome de Diogo de Castilho⁵⁷.

Em 16 de Agosto de 1544, o representante dos Eremitas fez um novo contrato com estes mesmos empreiteiros, Gaspar da Costa e Manuel Bernardes, que se incumbiram de fazer todas as *abóbadas de tijolo* que fossem necessários nesta obra, esclarecendo que seriam fortes e seguras, ao preço de quatrocentos reais por braça, recaindo sobre o colégio a obrigação de lhes fornecer os *cimbres* feitos; além disso, assumiram o compromisso de guarnecerem as abóbadas que viessem a fazer, e as portas das celas que fizessem falta⁵⁸.

Pouco depois, aos 9 dias de Setembro do mesmo ano, foi a vez de os pedreiros Jorge Dias e António Lopes contratarem a construção dos *arquinhos da abóbada da claustura*⁵⁹.

Em 6 de Outubro de 1544, Frei Luís de Montóia contratou com o pedreiro António Fernandes, que no mesmo documento trata como «*empleytero*», a feitura de toda a alvenaria necessária para a casa, que estava a ser levantada, entre a *enfermaria* do convento e o *colégio de Rui Lopes*, tendo ficado expressas as condições a que a encomenda deveria obedecer, e a obrigação de guarnecerem as abóbadas que viessem a fazer, e as portas das celas que fizessem falta⁶⁰.

Os registos de pagamentos a Diogo de Castilho sucedem-se, parecendo interessante observar que, em 17 de Novembro de 1544, Frei Luís de Montóia comprou a Diogo de Castilho noventa carros de pedraria de Ançã, lavrada e por lavar por 26 460 reais, aos quais acrescentou, na mesma data, os 13.540 reais que lhe devia, ascendendo o débito a 40.000 reais. Pagou-lhe 20.000 reais e ficou a dever-lhe outros 20 000⁶¹.

Em 9 de Dezembro de 1546, com o pagamento de 10.000 reais, ficou registada a nota de que se acabava de pagar o que se devia a Diogo de Castilho⁶².

Jerónimo Afonso foi incumbido de diversas tarefas ou, se preferirmos, empreitadas, durante a construção deste colégio. Entre outras, a ele se deve a construção dos arcos da sacristia, como decorre da nota de pagamento, de 1 de Março de 1545, em que lhe foram entregues mais 3.000 dos 18.466 reais, em que estava avaliada esta obra, de que tinha recebido 13.800 reais, ficando a haver mais 1.620 reais⁶³. O contrato de execução desta dependência importante na estrutura e vida deste colégio foi assumido em parceria com outro pedreiro bem conhecido, João Luís da cidade de Coimbra, em 3 de Agosto de 1544, foi assinado pelos referidos dois mestres de pedraria e por Frei

⁵⁷ O. c., fl.139. Ver *apêndice*, doc. n.º 12.

⁵⁸ O. c., fl. 121. Ver *apêndice*, doc. n.º 9.

⁵⁹ O. c., fl. 137. Ver *apêndice*, doc. n.º 11.

⁶⁰ O. c., fl. 51. Ver *apêndice*, doc. n.º 5.

⁶¹ O. c., fl. 8v.

⁶² O. c., fl. 8v.

⁶³ O. c., fl. 138v.

Luís de Montóia e Diogo de Castilho⁶⁴, tendo a obra sido dada por concluída e paga a última prestação, de 1630 reais, em 8 de Março de 1545⁶⁵.

A partir de Janeiro até 17 de Maio de 1545, deparamos com Jerónimo Afonso e João de Penagos a trabalhar, *à peça*, como pedreiros, para as obras do colégio: frestas, janelas, arcos, etc., que Diogo de Castilho ia avaliando⁶⁶, e que não é cómodo individualizar aqui, com os respectivos preços. Em 17 de Novembro desse mesmo ano de 1545, aparece, de novo, Jerónimo Afonso, agora associado a João Luís, a contratar a feitura de três frestas para a enfermaria, por três cruzados, isto é, 1.200 reais, que acabou por lhes pagar adiantadamente⁶⁷.

A obra da hospedaria, confiada a António Fernandes, prosseguia, mesmo durante a ausência de Frei Luís de Montóia de Coimbra. Após o seu regresso, no dia 20 de Setembro de 1545, foi informado de que João Gonçalves tinha dado ao mencionado pedreiro sete mil trezentos e quarenta (7.340) reais, tendo-lhe logo dado este vigário da Ordem mais dois mil (2.000) reais, a título da sua fêria. No dia 22 seguinte, foi examinada e medida toda a obra de pedraria feita na hospedaria, tanto a que estava assentada, como a que estava preparada, mas ainda não tinha sido colocada no seu devido lugar, numericamente especificadas: janelas, portas, frestas, chaminés, lavatório, etc., no valor de 25.500 reais, «*con los quales el fue contento*».

Além destes, foram-lhe vistoriados e pagos outros trabalhos, designadamente, cento e trinta e uma braças de alvenaria, e mais trinta braças do andar superior - «*que tiene el sobrado mas alto*» -, acrescentando o telhado com o cano, o encanamento feito na rua, a guarnição das primeiras pequenas celas - “*celdiñas*” - e outros trabalhos, tudo no valor de 92.970 reais. Somando a esta verba outras recebidas e referidas mais acima, foi possível escrever no *Libro das obras*: - «*y tiene recibidos da hospedaria C U III^F LII reais*», isto é, 100.352 reais⁶⁸. Estavam ainda por pagar alguns trabalhos e moios de cal, avaliados em doze mil e quinhentos reais, que lhe foram pagos, além dos 100.352 já mencionados, pelo que Frei Luís de Montóia acrescentou este elucidativo texto: - «*Y com estos finca pago de toda la obra da ospederia que es feyta com acabar de guarnecer las camaras de los meninos de alto abaxo. Y pagamos se los luego y por verdade assigno*», com o sinal habitual.

Imediatamente a seguir a esta nota, encontra-se a indicação de que João Gonçalves, um dos fiéis colaboradores do promotor e grande gestor desta obra, tinha pago a António Fernandes quatro mil e cem reais pelo *forno* que fez na hospedaria⁶⁹. Posteriormente, em data impossível de determinar por desaparecimento das folhas 55 a 60, foram pagos a António Rodrigues e ao seu companheiro duzentos reais a cada um, isto é, 400 reais, pela colocação do lavatório, e mais 700 pelas nove varas de parede, em que o mesmo foi colocado⁷⁰.

⁶⁴ O. c., fl. 139. Ver *apêndice*, doc. n.º 12.

⁶⁵ O. c., fl. 138v-

⁶⁶ O. c., fl. 9.

⁶⁷ O. c., fl. 16.

⁶⁸ O. c., fl. 54.

⁶⁹ O. c., fl. 54v.

⁷⁰ O. c., fl. 60v.

Nesse mesmo dia 22 de Setembro de 1545, Frei Luís de Montóia contratou com Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso, todos pedreiros moradores em Coimbra, a obra da **varanda**, esclarecendo o longo contrato, que será levantada «sobre el angulo que esta feyto de pedraria de Ançã muy bien labrada y limpia, convien a saber; sobre la silleria da claustra boa. Ha de levar una cimalla da forma que dexaron señalada sobre la qual se assentaran los pectorales que teran de grosso con su sacada palmo y meo y de alto quatro palmos y meo. Y day arriba se pornan sus basas y capiteles y coluna conforme a lo que conviene a la grosura do pectoral y das alquitraves que seran de palmo y meo de grosso y de un palmo de alto y sobre las alquitravez levaran una cimilla como le pareciere a Diego del Castillo.

Item terna esta varanda de alto sobre el ladrillado basta el frechal do maderamiento treze palmos y meo, o XIII^o palmos como ballaremos que mas conviene. Y lebaran sus cuñales e botareos conformes a las de baxo salvo que no seran los cuñales sino de palmo e meo de grosso y fincara sua dentacion pera los otros paños da claustra y levaran embebidos sus arcaduces pera el caños y los botareos se retraen un palmo de delante y de las yllargas nada, los quales se acabaran en chapa debaxo de las alquitraves. Y toda esta obra nos daran acabada y e assentada⁷¹ muy bien labrada y limpia y acabada. Y nos les daremos la cal y albeñaria y madera pera andamios que les fuere necesaria⁷².

Neste mesmo contrato, Frei Luis de Montóia cometeu-lhes também o encargo de fazerem o **púlpito** do refeitório, «conforme al **púlpito do refitorio** de Sancta Cruz sin las galanterias dalla solamente de la misma medida de alto y largo» e alguns pormenores necessários, tudo bem feito e acabado, a contento de Diogo de Castilho. Por toda esta obra, uma vez acabada, dar-lhes-ia trinta e quatro mil reais, pagos em quatro prestações de 14, 10, 5 e 5, em momentos especificados da obra, patentes no texto do contrato, entre dois Natais. Frei Luís de Montóia procurava pagar aos artistas em devido tempo, mas era exigente no cumprimento dos prazos. Não admira, por isso, que neste contrato figurasse a exigência de que os três artistas andassem exclusivamente ocupados nesta obra «*sim alçar mano della ni ocuparse en obra ninguna hasta que esta obra finque acabada*». Referia-se à obra da varanda, que «*toda assentaran elles a su custa*», pois, quanto ao púlpito e aos arquinhos encomendados, do seu assentamento trataria o que poderemos designar como «dono da obra», isto é, Frei Luís de Montóia, coadjuvado por Diogo de Castilho⁷³.

A obra da *varanda* prosseguiu, e, em 13 de Fevereiro de 1546, estava concluída, tendo sido vistoriada por Diogo de Castilho, que chegou à conclusão de que os três empreiteiros perdiam na obra, tendo informado que lhes deveria ser dados mais quinze cruzados, que logo lhes foram entregues, como João Luís e Jerónimo Afonso confirmaram, subscrevendo o respectivo recibo⁷⁴. Além destes termos relativos ao acerto de contas, a soma dos registos dos pagamentos que lhes foram feitos, desde a assinatura do contrato até esta data, revela que o custo da obra ultrapassou largamente o valor previsto.

⁷¹ A seguir foram cortadas estas palavras: «*pera el dia de Natal proximo que viene*».

⁷² O. c., fl. 34v - 35. Ver *apêndice*, doc. n.º 2.

⁷³ O. c., fl. 35. Ver *apêndice*, doc. n.º 2

⁷⁴ O. c., fl. 36.



Fig. 2 - Armas reais, patentes no claustro, lado nascente.

Cerca de dez meses depois, em 7 de Novembro de 1546, contratou com o pedreiro António Rodrigues a execução de dois capitéis para o *alpendre da portaria* do colégio, que deveria fazer *de vulgar*, mas que fosse resistente. Deveria entregá-los, lavrados e muito bem feitos, a gosto de Diogo de Castilho, até ao Natal. Por eles receberia 3.000 reais e mais os jornais de um carpinteiro que o ajudasse a preparar a parede. Fornecer-lhe-iam também a madeira necessária⁷⁵.

Na obra de pedraria, era necessário dar continuidade à construção do *claustro*, de que, em 3 de Outubro de 1547, só estava levantado um dos ângulos, conforme se afirma no texto do contrato, então, feito com os pedreiros Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso, «*que se obligaron de nos fazer y acabar nuestra claustro de pedraria, conviene a saber, los tres paños que fincan conforme al angulo que agora esta hecho com sus cuñales botareos cimaldas y represas y arcos de la misma forma y medidas que estan hechos en estotro, salvo que las columnas y basas y capyteles seran de piedra de útil, conviene a saber, las nueve colunas y basas y capiteles da claustro baxa, y mas faran unas **armas del Rey** com sus devisas e letrero como las ordene el señor Diego del Casyilbo. Y toda esta pedraria si fuere posible será blanca de Ançan*»:

Entre as restantes cláusulas do contrato, salientamos o prazo para conclusão da obra, que ficava combinado para o mês de Junho de 1548, e que Diogo de Castilho ficou como fiador para ambas as partes⁷⁶.

Pouco depois, em 21 de Dezembro de 1547, foi celebrado novo contrato com estes mesmos três pedreiros para fazerem «*un arco de pedreria de Ançan en nuestra cozinba y sera este arco de dos palmos y meo de largo e palmo y meo o dos palmos de*

⁷⁵ O. c., fl. 115.

⁷⁶ O. c., fl. 37. Ver *apêndice*, doc. 3.

grosso», dando-lhe, além do preço acordado, também a madeira que houvesse em casa e a pregadura necessária para os *cimbres* do arco⁷⁷.

A leitura atenta das notas de pagamento revela mais alguns elementos relativos a subempreitadas de obra de pedraria, seja quanto a frestas, janelas, portas, etc., encomendadas à margem dos referidos contratos, mas integráveis no projecto geral da construção deste colégio, podendo servir de exemplo o contrato que, em 18 de Maio de 1545, Diogo de Castilho fez com Pêro Luís e Jerónimo Afonso para fazerem as *cimalbas* necessárias para rematar as paredes do dormitório, assunto sobre o qual há diversas outras informações⁷⁸, mas o que acabamos de enunciar basta para se ter uma ideia da complexidade da condução desta obra.

Não se esqueça, porém, que a obra de pedraria para a construção do edifício, como da cisterna e dos extensos e, por vezes, altos muros de vedação e suporte de que fizemos menção – bem como todo o trabalho dos alicerces – implicavam a utilização de elevadas quantidades de cal, que registaremos noutra alínea.

4. 2. 2. Madeiramento e cobertura

A mais de quatro séculos e meio de distância deste empreendimento, uma vez levantadas as paredes, com técnicas de construção tão diversas das actuais, impunha-se proceder ao madeiramento e à cobertura do edifício, prosseguir com o vigamento e colocação dos soalhos, portas e janelas, que implicavam a aquisição das necessárias ferragens e do mobiliário imprescindível à vida da comunidade, etc.

Quer isto dizer, que, embora brevemente, teremos de nos ocupar da aquisição das madeiras e do tijolo – por vezes aplicado no contexto da obra de pedraria -, da telha, dos algerozes e canos ou “*canudos*”, destinados a conduzir a água captada, dos telhados para a cisterna ou, eventualmente, para outros destinos.

A fonte que estamos a utilizar permite-nos sair do âmbito do estaleiro da obra e acompanhar os colaboradores de Frei Luís de Montóia até às várias localidades do termo coimbrão à procura de madeiras, telha e cal, como veremos em análises separadas.

4. 2. 2. 1. Madeiras

Para a armação dos telhados e sustentar os diversos pisos ou andares do edifício, era necessário dispor de uma grande quantidade de traves de carvalho que pudessem aguentar os enormes pesos que teriam de suportar.

Como amostra do que a resolução deste problema implicou, sabemos que, em 24 de Outubro de 1544, foi contratado com João Lopes, Pêro Simão e Francisco Afonso, moradores em Carapinhal, termo de Miranda, o fornecimento de duzentas traves de carvalho, sendo cem de doze côvados de comprido e outras cem de dez côvados, conforme a bitola determinada no referido contrato, pelos preços no mesmo estipulado. Na impossibilidade de nos determos na análise do minucioso contrato, limitamo-nos a dizer que os fornecedores deveriam colocá-las, à sua custa, no açude, com esta periodicidade: 50 no próximo mês de Novembro, 50 em Dezembro, 50 em Janeiro ou

⁷⁷ O. c., fl. 38. Ver *apêndice*, doc. 4.

⁷⁸ O. c., fl. 64-65.

Fevereiro de 1545, e as últimas 50 em Março do próximo ano, tendo eles aceitado estas e as restantes condições, como revelam as assinaturas apostas ao contrato⁷⁹.

Em 10 de Dezembro de 1544, deparemos com a compra de mais 36 traves, de 12 côvados, ao preço de 110 reais e de mais 9, de 10 côvados, a 90 reais cada uma para a hospedaria, importando tudo 4.770 reais.

Em 31 de Janeiro de 1545, começou a chegar este material pesado, com a entrega por um tal Aleixo Fernandes e seus companheiros de 18 traves e um pontão (“*ponton*”), pagas a quatro vinténs, ou seja, a oitenta reais, no total de 1.480 reais.

Pêro Simão trouxe 16 traves pequenas, que logo lhe foram pagas a 80 reais, ascendendo o total a 1.280 reais.

Em 17 de Maio seguinte, compraram-se mais 24 traves, a tostão, e mais duas a 80 reais, tendo pago, na totalidade, 2.560 reais.

No dia 23 de Novembro desse mesmo ano, foi feito um contrato de fornecimento de 15 traves de comprimento e bitola e largura nele especificados com João Lopes e Afonso Gonçalves, moradores no termo de Miranda, tendo-lhes adiantado logo um cruzado, isto é, 400 reais, como sinal.

Em 9 de Dezembro, João Lopes, trouxe à obra 22 traves, e mais uma trave dobrada e três *tabuões*, no valor de 1.890 reais e, posteriormente, foram-lhe pagos por outras traves, 1580 reais⁸⁰.

Já no ano seguinte (1546), a partir de 19 de Janeiro, foram chegando as traves compradas, figurando como responsável pela entrega o madeireiro Aleixo, que trouxe também tabuado que lhe tinha sido encomendado⁸¹, e, em Junho de 1546, ainda foram compradas mais oito traves⁸².

O acompanhamento deste processo, com todas as suas particularidades, permite conhecer o impacto que a obra deste colégio teve para além da cidade de Coimbra, em locais mais afastados do seu termo, e ajudará a compreender o esforço que esta obra implicou, como melhor se verá, quando nos referirmos a outros serviços conexos com estes, especialmente o relativo aos transportes da madeira e de outros materiais.

4. 2. 2. 1. 1. Obra de carpintaria:

Se o madeiramento era indispensável para se proceder à cobertura total do edifício e à colocação dos soalhos, havia muitos outros aspectos da obra de carpintaria que era necessário garantir, com a devida antecedência. Não admira, por isso, que Frei Luís de Montóia, logo em 3 de Abril de 1543, firmasse um longo contrato com os carpinteiros João Afonso, João Estevanes (*Esteves*) e Rodrigo Peres, moradores em Coimbra, *que se obligan de fazer toda la obra que for necessária en nuestro monesterio de Nuestra Señora de Graça que se faze en esta cibdad*», comprometendo-se a fazer a seguinte obra de carpintaria:

- da livraria, que tinha doze braças e meia de comprido e trinta e um palmos e meio de largo;
- da hospedaria, que tinha vinte palmos de largo;

⁷⁹ *Libro das obras*, fl. 71.

⁸⁰ *Libro das obras*, fl. 53v.

⁸¹ *O. c.*, fl. 72.

⁸² *Ibidem*.

- todo o soalho que for necessário;
- os pares de portas de portal e de janelas de três palmos , quatro, cinco ou seis, pelo mesmo preço de duzentos reais; os que tivessem mais de seis palmos de largo, teriam outro preço;
- todas as escadas de madeira
- comprometiam-se, ainda, a fazer esta obra, em três meses, e bem acabada, que aproveitariam a madeira para que se não desperdiçasse, «*y que no llevaran da obra cavacos ni pedaços de palo ni outra cosa sin que lo vea Juan Gonçalves y Diego del Castillo que estava presente a todo esto y salió por fiador de d'ambas partes y testigo de todo*», tendo subscrito o contrato logo a seguir a Frei Luís de Montóia⁸³.

Quanto aos pagamentos, sabemos que no dia do contrato lhes foram entregues 10.000 reais, sucedendo-se as notas de pagamento, até 7 de Outubro desse mesmo ano⁸⁴. O acerto de contas foi feito, no dia 4 de Dezembro de 1543, constando da respectiva acta que a obra encomendada ascendeu a 90.000 reais, tendo a declaração sido assinada por Frei Luís de Montóia e pelos referidos carpinteiros⁸⁵.

Menos de um mês depois, em 2 de Janeiro de 1544, o activo Montóia celebrava outro extenso contrato com o carpinteiro Rodrigo Peres⁸⁶ e, em 16 de Setembro seguinte, firmava com o mesmo Rodrigo Peres um novo contrato de carpintaria, que abrangia o **corredor** e as **celas** do dormitório, com os **frontais** necessários para cada uma, o **refeitório** «*cubierto de engado limpio conforme al engado da libreria com duas tacanizas y la troxe que fuere necessária da parte do dormitório*»;

- faria os *travejamentos* necessários, com traves de carvalho e com o tabuado aberto a meio fio;
- faria as *escadas* que fossem necessárias, de madeira, de quinze degraus e com corrimão;
- faria os pares de *portas* de portal ou de janelas de três a seis palmos de largo e de nove ou dez de alto;
- e nas *janelas das celas* faria uma porta, esclarecendo-se, em cada rubrica, os preços e os casos de eventuais alterações.

O prazo para acabar esta obra ficava limitado aos primeiros seis meses, exigindo-se que fosse bem acabada, voltando a aparecer as assinaturas deste vigário geral da Ordem, do empreiteiro Rodrigo Peres e de João Gonçalves⁸⁷.

As notas de pagamento desta obra prolongaram-se, até 26 de Setembro de 1545, sinal de que o prazo fixado foi largamente ultrapassado, mas dois dias antes, em 24 desse mês e ano, Frei Luís de Montóia estabelecia um novo contrato com este mestre carpinteiro, Rodrigo Peres, sobre a obra de carpintaria da varanda, segundo as indicações técnicas aí descritas, devendo ficar acabada e limpa, como o corredor do dormitório com as suas linhas de pau. O compromisso foi aceite com a característica assinatura do dono da obra e pelo conhecido sinal de Rodrigo Peres⁸⁸.

⁸³ *Libro das obras*, fl. 73-73v.

⁸⁴ *Libro das obras*, fl. 74-74v.

⁸⁵ *Libro das obras*, fl. 75.

⁸⁶ *Libro das obras*, fl. fls. 76-76v.

⁸⁷ *Libro das obras*, fl. 77v-78.

⁸⁸ *Libro das obras*, fl. 79.

Os trabalhos de carpinteiro continuaram, inclusive, com a conclusão do espaço reservado às *secretas*⁸⁹, a colocação do forro das celas e com muitos outros aspectos, como demonstram os abundantes registos de compras de mais traves, barrotes, rípias, e numerosas dúzias de tabuado de carvalho e, sobretudo, de castanhos, tendo ficado omissos, muitas vezes, os nomes dos fornecedores e das localidades donde estas madeiras procediam. Podemos, no entanto, adiantar que, entre as pessoas a quem foi comprada madeira figura D. João de Castanhede (*Castanede*)⁹⁰, que vendeu cem dúzias de paus da sua mata, «*cortados y postos en el maranchon*», e que Tentúgal⁹¹, Penacova⁹², Santa Comba Dão⁹³, Lousã (*La Losana*)⁹⁴, Miranda⁹⁵, Vila Cova⁹⁶ e Côja⁹⁷ são as localidades mais frequentemente mencionadas como aquelas donde vinha muita madeira.

Além desta e de muita outra madeira comprada serrada, pois fala-se sistematicamente em *dúzias* de tabuado, de rípias e, muitas vezes, até na sua espessura ou bitola, temos notícia, apenas, de uma oferta de cinquenta dúzias de rípias, dadas por Mascarenhas, cujo transporte importou 2.750 reais, pagos aos lavradores que as trouxeram⁹⁸.

Entre as despesas pagas, em Novembro de 1545, relativas a 3 dúzias de tabuado de castanho, 3 dúzias de travessas, uma dúzia de barrotes e dos “xemezes” para o soalho das celas dos meninos, figuram quatro dúzias de tabuado de pinho, a menção de que treze traves foram serradas para as *escadas* e a aquisição de oito paus de castanho para *corrimãos*⁹⁹.

Em todas as terras donde vinha tabuado serrado, havia serradores, cujos nomes, geralmente, ficaram omissos. Em Maio de 1547, o Padre Vigário – Frei Luís de Montóia, contratou com os serradores de Côja o preço por serrarem certas quantidades de tabuado de espessuras diferentes, mais uma vez, tendo ficado omissos os seus nomes, sabendo-se, contudo, que, em 19 de Junho de 1547, pagou ao serrador de Afonso Eanes mil reais¹⁰⁰. Há notícia também do pagamento feito pelo referido Padre Vigário aos serradores de Miranda¹⁰¹.

Para encerrarmos estas notas acerca das madeiras utilizadas na construção deste Colégio da Graça, desejamos observar que muitas delas chegaram a Coimbra por via

⁸⁹ *Libro das obras*, fl. 81v.

⁹⁰ *Libro das obras*, fl. 85.

⁹¹ *Libro das obras*, fl. 88v, 89,90.

⁹² *Libro das obras*, fl. 88v., 89,89v.

⁹³ *Libro das obras*, fl. 89.

⁹⁴ *Libro das obras*, fl. 90 e 95. Neste caso, o fornecedor era Brás Afonso, morador em Vilarinho, termo da Lousã.

⁹⁵ *Libro das obras*, fl. 92.

⁹⁶ *Libro das obras*, fl. 105v.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ *Libro das obras*, fl. 87v.

⁹⁹ *Libro das obras*, fl. 83.

¹⁰⁰ *Libro das obras*, fl. 104v. Embora não saibamos ao certo de que localidade era, podemos registar também o nome do serrador Afonso Peres, a quem foram pagos 500 reais (*Libro das obras*, fl. 105).

¹⁰¹ *Libro das obras*, fl. 105.

fluvial¹⁰², como revela a nota de pagamento, de 31 de Maio de 1547: «*truxeron los almadieros treynta dúzias de tabuado de Coxa en dos carreras*». Por cada “carrera” (viagem=carga) pagaram-lhes 675 reais, mas a nota adianta que são obrigados a trazer apenas vinte dúzias¹⁰³, certamente, por uma questão de segurança, que eles violavam. Em 12 de Dezembro seguinte, os almadieiros trouxeram mais quarenta dúzias de tabuado, em duas viagens, e, em 12 de Fevereiro de 1548, trouxeram mais duas viagens ou cargas, pelo que lhes pagaram 1 150 reais¹⁰⁴.

Em 1548 e até 13 de Março de 1549, os almadieiros continuaram a transportar tabuado para a obra de Coimbra, onde continuava a gastar-se. A certa altura parece ter havido alguma dificuldade em conseguí-la, pois, em Setembro de 1548, foi o Padre Vigário (*Frei Luís de Montóia*), acompanhado por Frei Melchior e pelos boieiros a Côja, onde gastaram 2.500 reais, tendo aí deixado nove pilhas de tabuado, num total de 119 dúzias¹⁰⁵.

A fonte que estamos a seguir dá informações concretas que permitem acompanhar a colaboração dos *almadieiros* – alguns referidos como sendo de Vila Cova – para a construção deste colégio, tendo continuado a trazer as habituais vinte ou vinte e cinco dúzias de tabuado, que os carpinteiros rapidamente esgotavam. Não abundam os registos dos seus nomes, mas a nota de pagamento, de 31 de Maio de 1547, identifica João Vaz, almadieiro das Chãs, a quem foram entregues 700 reais para comprar quatro dúzias de tabuado¹⁰⁶

Em relação ao transporte fluvial, há notícia também das caravelas¹⁰⁷ e das barcas, mencionadas no *Libro das obras*, certamente porque a elas se recorreu também, como indica este registo: - *Item pagamos a los varqueros de trazer esta madera basta la Ribera desta cibdad onze mill reays*¹⁰⁸. E não se trata de uma referência isolada ao transporte fluvial, pois, a fl. 87, a mesma fonte, nos finais de Dezembro de 1545 ou nos princípios do ano seguinte, inclui este registo de pagamento:- *Item de varqueros CXX reays*¹⁰⁹.

Além destas referências de maior vulto, a leitura das notas de pagamento, autenticadas pelas assinaturas ou sinais pessoais dos mestres, artistas, fornecedores e, por vezes, de simples trabalhadores, revela outras informações de interesse nesta área.

4. 2. 2. 1. 2. Mobiliário do refeitório

Embora a descrição do mobiliário, propriamente, não caiba na rubrica da construção, atendendo às suas dimensões e porque, de certo modo, se conservava fixo

¹⁰² *Libro das obras*, fl. 105v.

¹⁰³ *Libro das obras*, fl. 105.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ *Libro das obras*, fl. 105v.

¹⁰⁶ *O. c.*, fl. 104v.

¹⁰⁷ *O. c.*, fl. 61: - *Item: dos oficiales un dia y un official médio dia andubieron reglando las caravellas de Manuel Thomas, etc. ciento y quarenta y cinquenta (sic) reays ----- C XL V.*

¹⁰⁸ *O. c.*, fl. 85,

¹⁰⁹ *O. c.*, fl. 87.

no local onde foi assentado, parece-nos de apresentar o contrato para a execução das mesas do refeitório deste colégio.

O contrato foi celebrado com os carpinteiros Jorge Dias e Antão Lopes, para fazer cinco mesas para o refeitório, de dezasseis palmos e três dedos de comprido e de três palmos e dois dedos de largo, cada uma com três pés, e quatro palmos e três dedos de alto. A mesa travessa teria vinte palmos de comprimento e a largura e altura prevista para as outras.

Além de aí se especificar também o preço, teriam de as assentar e executar as molduras previstas¹¹⁰

4. 2. 2. 2. Compra de cal

Numa obra desta envergadura, era necessária muita cal para diversos usos, não só na construção das estruturas, mas também na fase dos acabamentos.

Além de notas isoladas sobre pagamentos de certas quantidades de cal e do seu transporte, dispomos de alguns contratos com os caieiros ou proprietários de fornos em que era produzida.

Um desse contratos, datado de 15 de Fevereiro de 1544, teve lugar com o caieiro, António Motoso - também dito Montoso -, ao qual *«le compramos todo el forno de cal que tiene enornado por preço de noventa reays por moyo e el se obligo de dar nos toda la cal e no dar nada della a outra persona y si quisiere Diogo del Castillo poner un hombre que vea medir esta cal e holgara disso»*, sabendo-se que, além disso, lhe compraram *«toda la cal que tiene encaldada a cient reays por moyo»*¹¹¹.

Dois dias depois, em 17 desse mês de Fevereiro, compraram ao referido António Motoso quarenta e nove moios de cal, pelos quais Diogo de Castilho lhe pagou logo 400.800 reais. No mesmo dia arremataram ao mesmo caieiro uma fornada de cal, tendo lhe dado como sinal dez cruzados ou 4.000 reais, sabendo-se que de outra fornada retiraram 123 moios de cal¹¹².

Assim, em 23 de Fevereiro de [1544], sabemos que Fernando Eanes de Bordalo, caieiro, vendeu setenta moios de cal para esta obra, a tostão por moio, mas acabou por entregar setenta e um moio e meio. Foi comprado a Gaspar Fernandes um monte de cal de catorze moios, por 1.400 reais¹¹³.

A cal era indispensável nas argamassas utilizadas nesta grande obra, e não admira, por isso, que, em 20, 21, 27 e 29 de Julho de 1544, deparemos com registos referentes a António Motoso ou Montoso, quer acerca da entrega de quantidades de cal, quer alusivos a pagamentos de vendas anteriores¹¹⁴.

¹¹⁰ *Libro das obras*, fl. 171. Ver *apêndice*, doc . 21.

¹¹¹ *O. c.*, fl. 103.

¹¹² *O. c.*, fl. 103.

¹¹³ *O. c.*, fl. 112.

¹¹⁴ *O. c.*, fl. 119v.

Pouco depois, entrou na lista dos fornecedores o caieiro Estêvão Dias, a quem, em 7 de Agosto de 1544, compraram uma fornada de cal, por 3.000 reais¹¹⁵, registando-se também nesse mês pagamentos a Pedro Eanes da Póvoa e a António Motoso¹¹⁶.

Em 13 de Outubro de 1547, foram pagos dezassete moios de cal, que se compraram para os alicerces da claustra, a 95 reais, tendo sido comprados mais quatro moios de cal delgada, a 400 reais¹¹⁷. Depois, compraram a Pedro Eanes cinquenta e sete moios de cal por 4.560 reais, e a 7 de Março de 1548, ainda se compraram ao caieiro António Fernandes de Bordalo cinco moios de cal delgada e quinze moios de cal grossa, pelo total de 1.850 reais¹¹⁸.

4. 2. 2. 2. 1. Transporte da cal, areia, saibro e ferro

Conhecidas as aquisições de cal, podemos adiantar que o transporte para os locais das obras foi feito, essencialmente, por almocreves. Com efeito, sabe-se que, desde 23 de Fevereiro de [1544] aparece ao serviço desta obra o almocreve galego Fernando Eanes, que, nesse dia aí entregou vinte e dois moios de cal; em 7 de Março, levou à obra que decorria no Monte Olivete, dezasseis moios; em data não especificada entregou na obra confiada a Manuel Luís e António Fernandes outros dezasseis moios de cal. Em 20 de Julho de 1544, foram pagos ao mesmo almocreve 1.840 reais de 46 moios de cal, transportados para a obra do colégio.

Não era o único a trabalhar para esta obra, pois, em 28 de Fevereiro de 1544, João Gonçalves, um dos colaboradores de Frei Luís de Montóia, pagou dois tostões ao almocreve João Fernandes *Prioste*, por transportes feitos, a que acrescentou, depois, a entrega de quinze moios, de cal, segundo o contexto inculca. Este mesmo pelo transporte de areia, saibro e cal para a obra do refeitório e pelas cargas que levou para os trabalhos do Monte Olivete recebeu mais 4.000 reais.

A seguir, foi-lhe pago o transporte de dois montes de cal, um de catorze moios e outro de doze, todos a dois tostões (200 reais). Depois, levou à obra mais treze moios de cal e dois de ferro, por 400 reais.

Além destes dois, sabemos que foram utilizados também os serviços de outro almocreve, Gaspar Gonçalves, que levou treze moios de cal para a obra do Monte Olivete, e mais oito moios para o mesmo local, que lhe foram pagos no Sábado de Páscoa¹¹⁹.

4. 2. 2. 3. Telha e tijolo

Chegados a este ponto, é tempo de nos referirmos à aquisição da telha para a cobertura do edifício, já devidamente madeirado e do tijolo que foi sendo utilizado, ao longo da obra, sobretudo, para as abóbadas que se ia impondo fazer.

Prover oportunamente à telha necessária, apesar dos contratos com os telheiros, não foi fácil, como se depreende dos registos de compras e até de empréstimos de

¹¹⁵ *O. c.*, fl. 120.

¹¹⁶ *O. c.*, fl. 120v.

¹¹⁷ *Libro das obras*, fl. 113v.

¹¹⁸ *O. c.* fl. 113r.

¹¹⁹ *O. c.* fl. 114.

telha registados no *Libro das obras*. Mesmo sem podermos apresentar este processo de forma exaustiva, consideramos prioritário mencionar os contratos conhecidos com os telheiros, que, mais uma vez apontam para a dimensão económica e social desta obra, na região coimbrã.

Nesse sentido se integra o contrato celebrado, em 6 de Maio de 1545, com Antão Eanes, Diogo Peres e Sebastião (*Bastião*) Afonso, moradores na Marmeleira de Botão e em Trouxemil (*Trexumil*), que se comprometeram a fazer e dar seis mil telhas, postas na obra, de bom barro, bem cozidas, boas e sãs, dentro dos trinta dias imediatos, de forma que os oficiais fiquem satisfeitos com a referida telha, pagando-lhes 480 reais por cada milheiro, admitindo que em cada milheiro pudessem aparecer quebradas até vinte telhas. Deram-lhe de sinal e em parte de paga três cruzados e estabeleceram cláusulas cominatórias para a hipóteses de incumprimento do contrato¹²⁰.

No dia seguinte, 7 de Maio de 1545, estabeleceram novo contrato com Fernão Jorge, Afonso Soares e Domingos Fernandes, telheiros moradores em Trouxemil, que se obrigaram a dar-lhes oito mil telhas, devendo dar-lhes a primeira fornada dali a um mês, sendo o preço e as restantes cláusulas idênticas à do contrato precedente. Pelos registos apostos a seguir ao contrato, verifica-se que começaram a entregar a telha nos dias 15, 18 e 27 desse mesmo mês de Maio¹²¹.

No dia 1 de Junho fizeram mais um contrato, agora com Fernão Jorge e com seu irmão, Francisco Peres, moradores também em Trouxemil, que se comprometeram a dar-lhes dois milheiros de telhas, ao preço das anteriores, estabelecendo que a entrega teria de ser antes do próximo S. Tiago, mas se lhas entregassem antes do S. João, elevariam o preço do milheiro para 500 reais, sendo as restantes condições similares às dos contratos precedentes¹²².

Além desta telha encomendada, há referências não só a outras quantidades de telha comprada pelo Padre Vigário e João Gonçalves, mas também ao facto de terem pedido emprestadas 2.000 telhas aos Padres do Carmo e mais 500 ao Reitor de S. Domingos¹²³.

Ao longo deste estudo fomos encontrando algumas alusões aos algerozes e canos para captação das águas dos telhados. Podemos, agora, acrescentar que houve, pelo menos um contrato com o oleiro Pêro Gonçalves e seu filho para o fornecimento de dez mil “*canudos*”, ao preço de 560 reais por milheiro¹²⁴.

Com estas notas cremos ter chamado a atenção para a complexidade e o esforço de Frei Luís de Montóia e dos seus colaboradores, entre eles, Diogo de Castilho, ao longo dos seis anos que duraram as obras deste colégio e da respectiva igreja.

4. 2. 2. 4. Obra de ferro - ferragens

Um dos aspectos interessantes deste livro da contabilidade da obra do colégio é o relativo a quanto diz respeito à encomenda e pagamento das ferragens utilizadas.

¹²⁰ *Libro das obras*, fl. 49v.

¹²¹ *O. c.*, fl. 50.

¹²² *O. c.*, fl. 50v.

¹²³ *O. c.*, fl. 49.

¹²⁴ *Ibidem*.

Apresentamos o contrato celebrado entre Frei Luís de Montóia e o *serralheiro* (“*cellarero*”) Gabriel da Rosa, cuja minúcia dispensa grandes considerações, valendo a pena observar que para certos aspectos técnicos são apontados como exemplos os colégios de S. Miguel e o Mosteiro de Santa Cruz:

Item en XXXI dias de Março de 1543, nos concertamos con Graviel de Rosa cellarero que nos fara la obra que for necessária pera nosso colegio, conviene a saber, ferrollos y fechaduras o aldrabas y machos y femias por los precios siguientes:

Item fara todos los ferrollos grandes que foren necessários pera las puertas da rua y de la porteria y del carro y del cillero por precio de ciento y veynte reays por cada ferrollo que seran conformes a los que estan agora puestos en las portas del colegio de Sant Miguel que salen a la rua salvo dos / tres pera las portas do carro y porteria que seran mayores,

Item fara los ferrollos mas pequeños que seran pera las portas mas pequeñas que estan en las celdas o dentro de casa que son conformes a las que estan en las camaras del dito colegio de Sant Miguel o algo mas pequeñas pera las celdas por precio de ochenta reays por cada uno.

Item fara las aldrabas que foren necesarias las grandes de palo y medio por precio de treinta reays por cada una por que asy dizen que las pagan en Santa Cruz. Y si yo quisiere algunas que sean la mitad mas pequeñas pagar le han la mitad menos del precio, conviene a saber, a quinze reays o a sueldo por libra como foren.

*Item*¹²⁵

Item y toda esta obra se obligo de fazer muy bien feyta muy limpia y labrada y trayda con tempo ala obra, Y como fuere dando la obra feyta le yran pagando lo que tubiere merecido. Y por verdad deste assunto asignamos aquí nuestros nombres.

Fray Luis de Montóia

*Gabriel (sinal) de Rose*¹²⁶.

Não podendo mencionar as notas de pagamento, limitamo-nos a referir que o seu registo se estende pelas fls. 182 a188.

4. 2. 2. 5. Diversos

Nesta tentativa de acompanhar os principais aspectos relacionados com a construção deste colégio universitário de Coimbra, deveríamos abordar ainda outros sectores, como:

- a aquisição e o transporte da pedra, não só em carro e com bois próprios e muitos outros pagos para o efeito;
- a abertura dos alicerces e a remoção dos entulhos;
- o calcetamento nas imediações do edifício, etc., etc.

¹²⁵ A seguir está cortado: «*fara las grades que fueren menester*».

¹²⁶ *Libro das obras*, fl.181v.

Dada a escassez de tempo, dispensamo-nos de nos determos nesses aspectos, para nos fixarmos em alguns aspectos da escultura.

5. A ESCULTURA

Para terminar este percurso através do que poderíamos denominar o estaleiro da obra de construção do Colégio da Nossa Senhora da Graça dos Eremitas de Santo Agostinho, em Coimbra, não podemos deixar de mencionar a imagem da Senhora do Póculo e o seu escultor, até porque já lhe dedicámos um longo artigo no *Diário do Minho*, de 25 de Junho deste ano¹²⁷, sobretudo com a intenção de divulgar o nome do escultor, que não vimos referenciado nas obras sobre a Renascença coimbrã que tivemos o cuidado de consultar, nem recebemos resposta ao pedido de esclarecimento que, alguns meses antes de o escrevermos, dirigimos a quem, fundadamente, pensávamos deveria ter alguma notícia sobre o assunto e não nos enganámos.

Dispúnhamos do original do contrato celebrado entre Frei Luís de Montóia e o escultor Diogo Jaques e logo pensámos que a imagem em causa seria a que se encontra sobre a porta principal da igreja, apesar de no referido contrato se dizer que seria colocada no «*encasamento que se ha de assentar sobre el portal de nuestra porteria*». Na visita que fizemos ao edifício, não detectámos nada que sugerisse a concretização da sua colocação inicial no destino indicado no contrato, o que mais nos convenceu de que se tratava desta imagem, até porque a simples vista do conjunto revela que se está perante uma peça ali incrustada, depois de levantada a fachada. Mesmo assim, não deixámos de perguntar se se tratava da imagem primitiva e, na falta de qualquer resposta, ao nosso pedido de informação, não desistimos de escrever o referido artigo, embora introduzindo-lhe, premonitoriamente, a seguinte reserva:

- «*Não somos especialista em História da Arte, nem temos a presunção de conhecer toda a bibliografia relativa aos monumentos de Coimbra, correndo, por isso, o risco de apresentarmos como novidade o que outros, eventualmente, já poderão ter esquecido. Se tal for o caso, não teremos dificuldade em reconhecer as próprias limitações, apresentando, antecipadamente, as nossas desculpas*»¹²⁸.

Após a sua publicação, por gentileza do Sr. Prof. Vítor Serrão, que, oportunamente, agradecemos, soubemos que o assunto tinha sido abordado, em Coimbra, numa dissertação de mestrado, que fomos ler. Efectivamente, lá se encontram os documentos do *Libro das obras del Colégio*, conservado no Arquivo Distrital de Braga. O mencionado estudo cumpriu a função académica e veiculou a informação a um grupo restrito, mas o facto de se conservar inédito, impede o seu conhecimento pelo público interessado, que não tenha notícia da sua existência, nem possibilidade de se deslocar a Coimbra.

Em breves apontamentos, diremos que a autora também não encontrou a imagem no local que, inicialmente, lhe tinha sido destinado¹²⁹. Analisou outras imagens,

¹²⁷ MARQUES, José – A imagem da Senhora do Póculo da igreja da Graça, em Coimbra, in *Diário do Minho*, de 25 de Junho de 2008. Caderno: Cultura, pp. IV-VI.

¹²⁸ Cf. nota 124, O. c., p. IV.

¹²⁹ GONÇALVES, Carla Alexandra - *Os escultores e a escultura em Coimbra. Uma viagem além do Renascimento*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005. 2 vols. Dissertação de doutoramento, dirigida pelo Prof. Doutor António Pedro Dias (BFLUC – B – 111 / 6 / 25). A autora refere também os escudos coroados, os sacrários, o crucifixo, etc., referidos no *Libro das obras*.

algumas até retiradas para o Museu Machado de Castro, e considerou esta, que prende a nossa atenção, como obra da escola de João de Ruão, o que infirmaria a nossa identificação, bem como a do seu escultor. Divergiu, até, da opinião do seu orientador, que a identificou como obra de Diogo Jaques, e fê-lo nos seguintes termos: - «*Pedro Dias atribui a este escultor a imagem da fachada da igreja de Nossa Senhora da Graça, bem como o par de esculturas da Anunciação, guardadas no interior da igreja, nas cantoneiras do arco do coro alto, o retábulo da sacristia do Colégio, o retábulo da Visitação (inv. E. 126), proveniente da Misericórdia de Coimbra, e o retábulo da Paixão de Cristo que se depositou no Museu Nacional de Machado de Castro (E. 103). Não podemos corroborar, para já, qualquer uma destas atribuições*»¹³⁰ (p. 396).

Fica, assim, bem claro que, na opinião do Professor Pedro Dias – que não conhecíamos quando escrevemos o mencionado artigo, no *Diário do Minho* -, esta é a imagem esculpida por Diogo Jaques, que terá sido transferida para a fachada da igreja, quando a mesma foi concluída, em 1555¹³¹.

Nestas circunstâncias, registamos, com agrado, a coincidência da nossa identificação desta imagem como sendo a saída das mãos de Diogo Jaques, e lamentámos que nos tenha escapado a sua primitiva colocação - que, entretanto, parece não ser ainda de todo pacífica¹³² -, reafirmando quanto, então, escrevemos acerca da invocação de «Senhora do Pópulo», tanto quanto pudemos apurar, completamente esquecida, em Coimbra, e que, na referida dissertação, não passa de mais uma imagem de Nossa Senhora com o Menino. Feita esta rectificação, eis o que a propósito escrevemos:

- «Não obstante estas reservas, cremos oportuno começar por divulgar o contrato da mencionada imagem da Senhora do Pópulo, registado a fls. 160v, da citada fonte documental, aí se identificando também o nome do escultor e outras circunstâncias da execução dessa obra. Apresentamo-lo, em castelhano, seguido da reprodução fac-similada, em fotocópia, e precedido de um breve sumário:

1543, Outubro, 1 - Coimbra

Frei Luís de Montóia contrata com o escultor Diogo Jaques a execução da imagem de Nossa Senhora do Pópulo e do respectivo nicho, conjunto a colocar sobre a porta principal da igreja da Graça (?), especificando os prazos de entrega destas obras e dos seus pagamentos:

- Item primero dia de Outubro de 1543 años nos concertamos con Diego Jaques ymaginario estante en esta cibdad de Coymbra que el se obliga de nos fazer la ymagen de Nuestra Señora de Populo con el encasamento que se ha de assentar sobre el portal de nuestra porteria conforme a una traça y padron que nos tiene dado. La qual obra toda ha de dar feyta y acabada la imagen de Nuestra Señora por todo este mes de Outubro y el encasamento fãra por todo el mes de Noveembre proximo que viene deste año de 1543. Y por esta obra le pagaremos lo que Diego del Castillo dixere que vale. Y pera en parte

¹³⁰ Negrito nosso.

¹³¹ DIAS, Pedro – *A escultura em Coimbra do Gótico ao Maneirismo. Catálogo da Exposição*, Coimbra, 2003, p. 149. Ref. por GONÇALVES, Carla Alexandra – *O. c.*, p. 396.

¹³² Este inciso foi aqui introduzido como estímulo a que os especialistas na matéria se esforcem por esclarecer, definitivamente, o assunto.

pa.º día de octubre de 1443. años nos creamos co Diogo Jaq̃s y
 maguaxio estate en esta cibdad de coimbra q̃ el se obliga de nos
 fazer la ymagen de nra señora de pópulo co el encasameto q̃ se ha
 de assentar sobre el portal de nra posesion co forme a una carta y
 padreo q̃ nos tiene dado. la q̃ obra toda ha de durar feyta y
 acabada la ymagen de nra señora por todo este mes de octubre y
 el encasameto fara por todo el mes de noviembre y q̃ viene deste año de
 1443. y por esta obra le pagaremos lo q̃ Diogo de castillo dixere
 q̃ vale. y por en xte de pagare dimos luego tres mill r̃s y otros
 de la ymagen de nra señora en fin deste mes le daremos otros mill r̃s.
 y acabado el encasameto le daremos todo lo q̃ restare. y por
 do da assinamos aqui co ju gonales q̃ estubo presente.

III U

Fray Luis de Montoia
 Diogo de Castilho

III U

pa.º de noviembre nos truxo Diogo Jaq̃s la ymagen y le pagamos mill r̃s
 como parece por un conocimiento que tiene ju gonales.

Fig. 3 – Fac-simile do contrato da imagem da Senhora do Pópulo (fl. 160v).

de pago le dimos luego tres mill reays y acabada la ymagen de Nuestra Señora en fin
 deste mes le daremos otros mill reays y acabado el encasamento le daremos todo lo que
 restare. Y por verdad assinamos aqui con Juan Gonzales que estuvo presente.

(À esquerda): III U (isto é: 3 000).

Fray Luis de Montóia

(Rubrica de Diogo Jaques – ver fig. 1).

Juan Gonzalvez.

Item a 3 de Nobembro nos truxo Diogo Jaques la ymagen e le pagamos mill reays
 como parece por un conocimiento que tiene Juan Gonzales.

(À esquerda): I U (isto é: 1 000).

Pelo seu interesse para a história desta imagem e respectiva invocação, em
 Portugal, e da própria igreja da Graça, de Coimbra, como anunciámos no sumário, aqui
 reproduzimos também o *fac-simile* do original do contrato para a execução da imagem
 da Senhora do Pópulo:

Fig. 4 – Assinatura de Frei Luís de Montóia

Articulando as informações deste documento com as de outros que mais abaixo serão referidos, ficamos a saber que o escultor **Diogo Jaques** - considerado hispânico, mas cujo nome sugere ascendência francesa -, em 1543, estava em Coimbra, onde se regista a sua presença, pelo menos, até Novembro de 1547, e que era artista de reconhecido mérito, tendo-lhe Frei Luís de Montóia confiado a execução da imagem da Senhora do Pópulo, segundo o esboço que o próprio artista lhe apresentou, conforme consta do contrato assinado por Frei Luís de Montóia, pelo escultor e por João Gonçalves, que, durante os anos da construção do Colégio da Graça, a par de Diogo de Castillo, se afirmou como um fiel colaborador do mencionado promotor e exímio gestor deste grande empreendimento.

Não é este o momento de nos determos em análises de natureza paleográfica, mas não deixamos de convidar os interessados a fixarem a característica e inconfundível assinatura de Frei Luís de Montóia:

Diogo Jaques excedeu, apenas em três dias, o prazo de entrega da imagem, que só no ano seguinte subiu para o local que lhe estava destinado. Este respeito pelo prazo fixado corresponde à sistemática exigência que Frei Luís de Montóia estabelecia em todos os contratos, só pagando a última prestação do preço combinado, depois da medição das obras e respectiva verificação por mestres qualificados. O mesmo aconteceu com o contrato desta imagem, e, no dia 3 de Novembro de 1543, contra a sua entrega, pagou ao escultor os mil reais, previstos para a conclusão de obra, para a qual já lhe tinha adiantado três mil reais, no acto da celebração do contrato.

Quanto à execução do nicho ou «*encasamento*» para a colocação da referida imagem, o prazo estabelecido era de todo o mês de Novembro, mas não foi cumprido. Com efeito, por uma nota de pagamento registada, em 16 de Fevereiro de 1544, ficamos a saber que nesse dia, Frei Luís de Montóia entregou a Diogo Jaques mais 2 000 reais, alargando-lhe o prazo de conclusão do nicho, que devia entregar bem feito e assente no local a ele destinado, até ao próximo dia de Páscoa.



Fig. 5 – Imagem da Senhora do Pópulo, na fachada da igreja da Graça.

Para acompanharmos melhor a exposição destes dados históricos, convém proporcionar a vista da obra em causa, que então, acabava de sair das mãos do escultor:

O atraso do escultor não decorreu, apenas, da dificuldade de encaixar o nicho ou «*encasamento*» na fachada da igreja, que, em finais de 1543, segundo parece, já estava concluída, mas da urgência da entrega de um **sacrário**, encomendado anteriormente e que só teve lugar, em 23 de Novembro de 1543, bem como o pagamento por conta de mais quatro cruzados, ficando a liquidação definitiva do débito da obra deste sacrário adiada para dia o 20 de Dezembro seguinte, com a entrega de um cruzado, isto é, de 400 reais.

161

pa. 26. de abril de 1544. vido si de castillo el encasamento de nra ymage y lo
 valio en diez mill rds r la ymage q esta feyta y r dos escudos q ha de
 fazer r sus coroas y duas biliñas en q se asienten uno das qnas y otro
 de una jarra de nra señora. todo muy bien acabado. y di le luego sobre
 siete mill y ^{setecientos} rds q tiene recibidos desta obra otros mill y oytto
 rds otros q los tiene recibidos nueve mill rds. y los otros mill le
 dare daqui a dez dias qn tenga feyto los escudos. y estara a ver
 sentar esta obra. ya q se siente bien y por verdad asigno aqui
 otros seiscientos rds por la pedrezica q me fiz pera o sagrario. y ll

D. J.

Fig. 6 – Registo da vistoria e avaliação de Diogo de Castillo à obra da Senhora do Pópulo (fl. 161).

Finalmente, Diogo Jaques concluiu a obra a que nos vimos referindo, e, na Páscoa, como estava acordado, a imagen da Senhora do Pópulo já estava colocada no local há muito previsto, tendo Diogo de Castillo, procedido à respectiva vistoria e aprovação, como consta da nota de pagamento, assinada pelo próprio escultor:

- Item a 26 de Abril de 1544 vido Diego del Castillo el encasamento de nuestra ymagen y lo valio en diez mil reales con la ymagen que esta feyta e con dos escudos que ha de fazer con sus coroas y duas biliñas en que asientem uno das quinas y otro de una jarra de Nuestra Señora todo muy bien acabado. Y di le luego sobre siete mill y doscientos reays que tiene recibidos desta obra otros mill oytocientos con los quales tiene recibidos nueve mill reales. Y los otros mil le dare daqui a dez dias quando tenga feytos los escudos. Y estara a ver sentar esta obra pera que se siente bien. Y por verdad asigno aqui. Y mas le di otros doscientos reays por la pedrezica que me fiz pera o sagrario.
 ----- II U.

(Rubrica de Diogo Jaques).

Podemos agora afirmar que o valor desta obra ascendeu a 9 000 reais, correspondendo a última prestação, paga no dia da vistoria, a 1 200 reais, constando do mesmo documento que Diogo Jaques se comprometeu a fazer também dois escudos, em relevo, a entregar dentro de dez dias, pela quantia de 1000 reais, sendo-nos possível adiantar que já os identificámos e fotografámos, reservando a sua reprodução para novo texto. Temos ainda notícia de outras obras executadas por Diogo Jaques, encomendadas por Frei Luís de Montóia, nomeadamente, mais um sacrário – além dos dois anteriores – e um crucifixo de cinco palmos, para o que lhe foi dada, como matéria prima, uma oliveira, como documentaremos noutro momento. Entretanto, podemos esclarecer que Diogo Jaques aparece a executar encomendas para o Colégio da Senhora da Graça de Coimbra, entre Outubro de 1543 e Novembro de 1547 (fls. 160v e 161v).

Por hoje, cremos suficiente ter revelado o «Libro das obras del Collegio de Nuestra Señora de Gracia», de Coimbra, e lembrado a invocação de Nossa Senhora do Pópulo, aparentemente esquecida, na área de influência da igreja que ostenta a Sua bela

imagem quinhentista, em plena consonância estilística com os cânones da Renascença, comprovando, ao mesmo tempo, documentalmente, o nome do seu autor – *Diogo Jaques* – que a fez, em Outubro de 1543»¹³³.

7. – Conclusão

Terminamos esta sumária exposição do muito que a fonte referida permite conhecer sobre os passos da construção desta obra e sobre diversos aspectos da sociedade coimbrã do século XVI e quanto ela beneficiou, também materialmente, num período de crescimento demográfico e económico, com a intensa actividade construtiva que a implantação do diversos colégios lhe trouxe, sendo possível acompanhar o caso do Colégio da Graça, em pormenor, chegando, mesmo, ao contacto com artistas, pequenos empresários, proprietários e trabalhadores sem qualificações específicas.

Importante foi o facto de podermos divulgar estas notas, que chamam a atenção para a importância desta preciosa fonte documental, agora revelada com algum pormenor, que, através dos contratos celebrados com numerosos artistas que trabalharam na construção do Colégio da Graça, de Coimbra, contribuirá para se aprofundar o conhecimento da complexidade e envergadura desta obra e rever alguns conceitos bastante generalizados. Muitas das informações técnicas e práticas aí registadas não poderão ser esquecidas no estudo da História da Arte da Renascença coimbrã.

A análise desta fonte, que, pelo facto de estar escrita em castellano, é susceptível de proporcionar diversas reflexões de natureza linguística sobre a forma de falar e escrever de Frei Luís de Montóia, permite também uma visão de conjunto das actividades económicas, em Coimbra e suas redondezas, não só quanto aos diversos aspectos do que hoje, vulgarmente, designamos como *construção civil*, mas também quanto às áreas de produção, comercialização e meios de transporte das matérias primas. Neste contexto, permitirá retirar do silêncio e do esquecimento diversos centros produtores de telha, tijolo e cal, bem como as múltiplas pedreiras - incluindo as de Ançã -, as zonas fornecedoras de madeira (em bruto e serrada), e alguns representantes dos grupos sociais dedicados aos transportes terrestres e por via fluvial, tanto em barcos como em almadias, etc.

A conjugação das informações fornecidas por esta fonte com as de outras, eventualmente, existentes, relativas à construção dos grandes colégios e outros edifícios, a partir de meados do século XVI, contribuiria para um melhor conhecimento de muitos aspectos da realidade social da Coimbra quinhentista, prescindindo, aqui, de nos alongarmos pelos séculos XVII e XVIII.

Por fim, impõe-se observar que o estudo pormenorizado de fontes desta natureza é absolutamente indispensável para as instituições oficiais com responsabilidades na realização de obras de conservação ou remodelação, a fim de os técnicos incumbidos de tais trabalhos, face ao conhecimento da realidade nelas descrita, poderem optar por melhores e mais eficazes soluções.

Não se trata de um sonho. Bastará ter presente o que se passou com a Catedral de Tournai, na Bélgica.

Lisboa, A. P. H., 29 de Outubro de 2008.

¹³³ Cf. nota 124, *O. c.*, pp. IV-V.

Apêndice documental

Nota prévia

Apesar do tempo já investido na preparação da edição do *Libro das obras*, cuja leitura permite acompanhar os diversos passos da construção do Colégio de Nossa Senhora da Graça e da respectiva igreja, em Coimbra, pareceu-nos que não deveríamos adiar a divulgação dos principais contratos e registos de pagamentos, relativos às empreitadas e subempreitadas de vária ordem, em que intervieram Frei Luís de Montóia, Diogo de Castilho e muitos outros, que, a diversos títulos, ficaram ligados à concretização desta importante obra da Renascença coimbrã.

No sentido de facilitarmos a leitura de alguns registos, recordamos que o **U**, que frequentemente aparece na menção de certas verbas, corresponde ao cifrão (\$) e obriga a multiplicar por mil os números que o antecedem: II U=2 000.

A ordem dos documentos respeita a sequência crescente da foliação do *Libro das obras* e não a cronologia dos mesmos. Acrescentando-lhes muitas outras informações fornecidas por esta preciosa fonte e, então sim, dispondo-as cronologicamente, é possível acompanhar o ritmo da construção deste conjunto arquitectónico e das numerosíssimas empreitadas e subempreitadas, que foi necessário fazer e concretizar.

Como se impõe, cada documento será antecedido de um breve sumário.

Doc. nº 1

1543, Março, 4 – 1544, Janeiro, 23 – Coimbra

Frei Luís de Montóia, por si ou pelos seus colaboradores, entre as datas supra-referidas entregou a Diogo de Castilho, empreiteiro da obra do Colégio da Graça de Coimbra, 636.727 reais.

Libro das obras, fl.- 6.

+

(Fl. 6)

«Cuenta con Diego del Castillo

Item a quatro dias de Março de 1543 años dimos quinientos cruzados a Diedo del Castillo empleytero de la obra de albañeria y pedreria de la obra del collegio de Nuestra Señora de Gracia de Coimbra pera en parte de pago de la obra que finieron en el dito collegio¹³⁴ los quales le dio Juan Gonzales nuestro procurador. Y por verdad assigno aqui ----- II^c U.

Diogo de Castillo.

Item a 22 dias de Abril de 1543 años dimos a Diego del Castillo cient mill reays pera en pago da obra que faze en nosso collegio conforme al trato que esta hecho. Y assigno de su mano en mi poder, los quales cent mill reays les dio Juan Gonçales nuestro procurador. Y por verdad asigno aqui -----C U.

Diogo de Castillo.

¹³⁴ Seguem-se cortadas duas palavras que não tinham sentido na frase.

Item a XXIX dias de Mayo de 1543 años dimos a Diego del Castillo diez y seys mil reays pera en da obra que faze en nuestro collegio. Y por verdad assigno aqui -----
----- XVI U

Diogo de Castillo.

Item a XXIII dias de Jenero de 1544 fezimos cuenta com el señor Diego de Castillo y hallamos que tiene recibidos por si y por Pero Luys y Jorge Diaz e por mandados suyos alen de trescientos y diez y seys mill reays que aquí tiene asygnados otros trezientos y veynte mill y setecientos y veynte y sete reays. Y por verdad asigno aqui con el señor Enrique de Parada que fue presente a esta cuenta -----
----- III^c XX U DII^c XXVII

Diogo de Castillo

Enrique de Parada . DC XXX VI U DII^c XXVII^o.

Doc. nº 2

1545, Setembro, 22 – Coimbra

Frei Luís de Montóia ou seu representante contrata com Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso, pedreiros moradores em Coimbra, a construção da varanda do Colégio da Graça (primeira fase) e a pedraria do púlpito do refeitório, tendo como modelo o do Mosteiro de Santa Cruz, embora mais simples.

Libro das obras, fls. 34v-35.

- «Item a 22 de Setiembre de 1545 nos concertamos con **Pero Luis y Juan Luis y Jeronimo Affonso** pedreiros moradores en esta ciudad que se obligaron de nos fazer nuestra **varanda** sobre el angulo que esta feyto de pedraria de ançã muy bien labrada y limpia, *convien a saber*; sobre la silleria da claustra boa. Ha de levar una cimalla da forma que dexaron señalada sobre la qual se assentaran los pectorales que teran de grosso con su sacada palmo y meo y de alto quatro palmos y meo. Y day arriba se pornan sus basas y capiteles y coluna conforme a lo que conviene a la grosura do pectoral y das alquitraves que seran de palmo y meo de grosso y de un palmo de alto y sobre las alquitraves levaran una cimilla como le pareciere a Diego del Castillo.

Item terna esta varanda de alto sobre el ladrillado hasta el frechal do madermiento treze palmos y meo, o XIII^o palmos como hallaremos que mas conviene. Y lebaran sus cuñales e botareos conformes a las de baxo salvo que no seran los cuñales sino de palmo e meo de grosso y fincara sua dentacion pera los otros paños da claustra y levaran embebidos sus arcaduces pera el caños y los botareos se retraen un palmo de delante y de las yllargas nada, los quales se acabaranen chapa debaxo de las alquitranes. Y toda esta obra nos daran acabada y e assentada¹³⁵ muy bien labrada y limpia y acabada. Y nos les daremos la cal y albeñaría y madera pera andamios que les fuere necesaria.

Item faran el pulpito de nosso refitorio conforme al pulpito do refitorio de Sancta Cruz sin la galanterías dalla solamente de la misma medida de alto y largo con unas molduras chaas dereytas con sua peana que tenga las molduras que parecieren a los mismos oficiales y mas faran un arquño sobre el pulpito y otro arquño pera la entrada

¹³⁵ A seguir foram cortadas estas palavras: «*pera el dia de Natal próximo que viene*».

y mas faran siete degrados cuadrados y toda esta obra yra muy bien feyta y acabada a contento de Diego del Castillo. Y nos darenos por toda esta obra acabada treyta y quatro mil reays (fl. 35) pagados en quatro pagas, *conviene a saber*, luego les damos quatorze mill reays y quando tengan labrados los pectorales y las comiencen a assentar les daremos diez mill reayes y quando asienten las alquitraves les daremos cinco mill reays e los otros cinco mil les daremos despues de acabada toda la obra. Declaramos que este paño de varanda han de fazer de en Natal a en Natal sin fazer las medias columnas que tornejan pera las otras vandas. Y mas decla[ra]mos que todos tres oficiales andaran en nuestra obra sim alçar mano della ni ocuparse en obra ninguna hasta que esta obra finque acabada. Y el pulpito y sus arquiños y obra daran labrada la pedreria solamente y nos la faremos sentar mas la varanda toda assentaran elles a su custa. Y por verdad que faran toda esta obra por el dito precio de treinta y quatro mill reays y que recibieron luego los quatorze mill assignaron aqui. X IIIº U.

Pedro Luis

Jeronimo Affonso

Juan Luis».

Doc. nº 3

1547, Outubro, 3 – Coimbra

Frei Luís de Montóia contrata com os conhecidos pedreiros Pêro Luís, João e Jerónimo Afonso a parte de pedraria do claustro do Colégio da Graça, que deveriam acabar, confiando-lhes também a execução das armas reais e respectivas legendas e letrado, segundo orientação de Diogo de Castilho.

Libro das obras, fl. 37v.

- «Item a 3 de Octubre de 1547 nos concertamos con Pero Luis e con Juan Luis e com Jeronimo Affonso pedreiros moradores en Coimbra que se obligaron de nos **fazer y acabar nuestra claustra de pedreria**, *conviene a saber*, los tres paños que fincan conforme al angulo que agora esta hecho con sus cuñales botareos cimallas y represas y arcos de la misma forma y medida que estan hechos en estotro angulo, salvo que las columnas y basas y capyteles seran de piedra de util, *conviene a saber*; las nueve columnas y basas y capiteles da claustra baxa, y mas faran **unas armas del Rey con suas devisas e letrado como las ordenare el señor Diego del Castillo**. Y toda esta pedreria si fuere posible sera blanca de Ançan. La qual obra se obligaron a labrar y dar assentada de la misma medida y altura y forma de estotra a su propria costa acabada por todo el mes de Junio proximo que viene do año de 1548. Y nosotros les daremos pera esta obra sacados los alicerces y toda la albañería y cal que fuere menester para assentar la dita obra y mas les daremos en dinero doscientos e setente y cinco mill y quinientos reays pagados por sus ferias, asy que alfil da obra les finquemos deviendo treynta mill reays. Y mas seran obligados a poner los arcaduces en los dos piores con sus pias y dar los han corrientes e limpios que corra por ellos el agua so pena de se tornar a fazer a su costa, Y por que desto fueron todos contentos asignamos aquí con el señor Diego del Castillo el qual salio por fiador de ambas partes.

Fray Luis de Montoya

Diogo de Castilho

Pero Luiz

Jeronimo Affonso

Juam Luiz».

Doc. n.º 4

1547, Dezembro, 21 - Coimbra

Frei Luís de Montóia adjudica a Pêro Luís, Jerónimo Afonso e João Luís a construção do arco da cozinha do Colégio da Graça, em pedra de Ançã, tendo-lhes adiantado 1. 500 reais.

Libro das obras, fl. 38.

- «Item a 21 de Diziembre de 1547 nos concertamos com Pero Luis y Jeronimo Affonso y Juan Luis que nos han de fazer un arco de pedreria de Ançan en nuestra cozinha y sera este arco de dos palmos y meo de largo e palmo y meo o dos palmos de grosso. Y de vano y de alto terna lo que capiere debaxo del arco de albañeria que alli esta hecho y sera labrado de picon y dar lo han assentado y acabado y atochado muy bien como conviene pera seguridad y fortaleza de aquella obra que con este arco elles se obligan a nos la dar fuerte y segura, Y nos les daremos por este arco asy hecho y acabado siete (*sic*) mill reays y mas la madera que oviere en casa y la pregadura que fuere menester pera la cimbría deste arco. Dimos les luego diez mill y quinientos reays de su obra y por verdad asignaron ----- X U D

LXXV U D

Pero Luiz

Jeronimo Affonso

Juan Luiz.

Doc. n.º 5

1544, Outubro, 6 – Coimbra

Frei Luís de Montóia contratou com o pedreiro Antonio Fernandes a construção de toda a parte de alvenaria da enfermaria do Colégio da Graça.

Libro das obras, fl.51.

- «Item a 6 de Octobre de 1544 nos concertamos com Antonio *Fernandez* pedreiro que se obligo de nos fazer toda la albaneria de nuestra casa que fazemos entre nuestra **enfermeria** y el colegio de Ruy Lopez que subira un sobrado o dos como nos pareciere por precio de quatrocientos y veynte rreays por braça poniendo el pedra e cal y agua y todolo demas que fore necessário y fara muy buena obra y las paredes biem caldeadas y de boa cal etc. y que finquen anbozadas e bien concertadas las paredes etc.

Item fara la pedreria que fuere menester pera esta casa, *conviem a saber*, la que nosotros no tuvieremos, los portales que fuerem de 3 o 4 o 5 palmos <de largo> y de dos palmos y meo de grosso por mill reays cada uno y si fuerem maiores pagar le hemos las crecenças sueldo a libra mas y las ginelas que tubieren de largo estos cinco palmos fara por mill reays y la de menos se le pagara sueldo a libra y las otras festras mas pequenas le pagaremos como foren segund que les pagamos nosotros a essotros officiales. E toda esta pedraria que se oviere de assentar en esta obra será o dito AntonioFernandez obligado a la assentar y medir se le ha vano por cheo.

Item fara o dito empleytero todas las guarniciones que fueren necessárias en esta obra por precio de noventa reays por braça poniendo el las achegas.

Item fara todo el frontal que fuere necessário en esta obra por precio de dozientos y cinquenta reays por braça conforme a como se fazem en el colégio do Obispo do

Portu. E por verdad que guardaremos este contrato y le pagaremos como fuere faziendo la obra assignamos aqui.

Frey Luis de Montoya

Antonio (*sinal*) Fernandez»

Doc. n.º 6

1544, Fevereiro, 11 – Coimbra

Frei Luís de Montóia adjudica a Manuel Gaspar a construção de cem braças de muro (cerca) de vedação do terreno do Colégio pelo lado da Conchada.

Libro das obras, fl. 100

+

- «A XI dias de Febrero de 1544 nos concertamos com Manuel Gaspar que se oblige de nos fazer cient braças de cerca de nuestra obra por la vanda da Conchada, *convien a saber*, que poniendo el la piedra y el agua y las manus y dando le yo la cal fará cada braça de piedra y cal por precio de trezientos reays revocada y hcho en spigon de quinze palmosde alto sobre o chao o de doze como nos pareciere. Y si yo quisiere que quisiere que esta obra se faça de piedra y barro por este precio de trzientos reays fará este dicho Manuel Gaspar cada braça poniendo el las manos y piedra y barro y yo sere obligado a dar le agua y cal pera revocar las paredes.Y oblige se a fazer toda esta obradesde este dia hasta domingo de Ramos próximo (*borrão de tinta*) que pera estonces le terna acabada dando le nosotros a ----- delo que le havemos de dar y a fazer le hemos feria cada domingo con los officiales y servidores que truxieren y a el. Y por verdad deste contrato asignamos aqui nuestros nombres. Despues nos concertamos que ponga ele l agua por lo que le damos mas un veynten por braça que son a III^c XX por braça.

Fray Luis de Montoya

Manoell Gaspar».

Doc. N.º 7

1544, JULHO, 4 – COIMBRA

Frei Luís de Montóia contratou com Gaspar da Costa, pedreiro, morador em Coimbra, a construção das paredes do refeitório do Colégio e Convento da Senhora da Graça.

Libro das obras, fl. 119.

- «Item a quatro dias de Julio de 1544 annos nos concertamos com **Gaspar de Costa pedrero** morador en esta cibdad de Coymbra que el se oblige de nos fazer todas las paredes que fueren necessarias de albaneria en el refitorio de este monesterio de Nuestra Señora de Gracia y en la mitad del dormitorio que agora queremos fazer. Y fara toda esta obra acabada muy bien en preto y de pedra y cal y las paredes enbozadas y las fara en aquela altura que la obra requiere conforme a lo que tenemos ordenado com el señor Diego del Castillo. Y porna el dicho Gaspar de Costa todas las achegas de piedra y cal y agua y de todo lo mas que sea necessário excpto la madera pera los andamios que le prestaremos. Por la qual obra le daremos a quatrocientos y veynte reays por braça comua medidas las braças vano por cheo en los portales y ginelas y

festras que el assentare y si oviere de assentar algunos <arcos> grandes mayores que de diez palmos no se mediram vano por cheo mas ser le ha pago por el asiento lo que pareciere al señor Diego del Castillo. Y todavia el será obligado a assentar todos los que oviere en la obra que el faze.

Item fara esta obra muy bien hecha y farta de cal y con la área necessaria y no mas y aguara las paredes lo que sea necessário. Y será obligado a trazer en la obra todos los officiales que le mandaremos pera que la obra se faça en tres messes. Y los pagamentos le faremos desta manera que le daremos pera conprar las achegas lo que fuere necessário y mas le daremos cada semana el dinero pera las ferias. Y por verdad que fezimos este concierto y lo guardaremos assignamos aqui com el señor Diego del Castillo que fue presente a todo y salyo por fiador de d'anhas partes.

Fray Luis de Montoya Diogo de Castilho
Gaspar da Costa».

Doc. n.º 8

1544, Julho, 14 – Coimbra

Gaspar da Costa faz contrato de parceria com Manuel Bernardes para a construção do dormitório e do refeitório do Colégio.

Libro das obras, fl.119v.

- «Item a 14 dias de Julio de 1544 annos nos concertamos con **Manuel Bernardez pedrero** morador en esta cibdad de Coymbra que el se obligo de fazer esta obra **de nuestro dormitorio y refitorio com Gaspar de Costa** conforme al contrato que en esta folla tiene fecho asi que anbos a dos de man (*mã*) se obligan de acabarmos toda la obra que fuere necessária de albañeria en nuestro dormitorio y refitorio todo muy bien hecha y anbozada de piedra y cal conforme al dito contrato por precio de quatrocientos y veynte reays por braça y se faran los pagamentos por feria como dito es. Y luego en parte de pago da obra pera conprar unos **bueyes** y pera pagar a los **caunqueros** les dimos doze mill reays y por verdad que faran y conpliran este dito contrato assignaron aqui anbos y dos.

Y los dos **empleyteros** seran obligados a abrir los alicerces de toda esta obra de cinco palmos de fundo y lo demas que se ovieren de abrir los abriremos nosotros a nuestra costa ----- XII U.

(*Rubrica de*) Gaspar de Costa Manuel Bernaldez».

Doc. n.º 9

1544, Agosto, 16 – Coimbra

Gaspar da Costa e Manuel Bernardes comprometem-se a fazer todas as abóbadas de tijolo, que forem necessárias na obra do Colégio da Braga de Coimbra, ao preço que quatrocentos reais por braça, acordando também fazerem outras obras.

Libro das obras, fl. 121.

– «Item a 16 de Agosto de 1544 nos concertamos com **Gaspar de Costa y Manuel Bernaldez** que se obligaron a fazer las bovedas que fueren necessárias en nuestra obra muy bien feytas de tejuelo senzillo que sean fuertes y seguras por preço de quatrocientos reays por braça y los cheos das ditas bovedas se dediran por albaneria. Y ellos seran obligados a fazer los andaimos necessários y nosotros les daremos las cimbricas.

Item se obligaron a guarnecer las dichas bobedas por precio de cient reays por braça y las otras guarniciones que fizieren en las paredes se las pagaremos noventa por braça y los ditos empleyteros pornan las achegas necessarias pera las ditas bovedas y guarnicion y nos les daremos las cimbricas hechas y madera pera los andaimos. Y por verdad assignaron aqui.

Item faran los ditos **Gaspar da Costa y Manuel Bernaldez** todos los portales das veynte celas que fueren menester con los otros portales que fueren menester aunque tengan hasta cinco palmos de largo por precio de mill reays cada uno conforme a lo que se fizo en el contrato do Obispo do Porto.

(*Rubrica de*) Gaspar de Costa

Manuel Bernaldez».

Doc. n.º 10

1545, Julho, 16 – Coimbra

Frei Luís de Montóia contrata com Gaspar da Costa e Manuel Bernardes a cobertura do dormitório do Colégio da Graça, com outros trabalhos conexos, devendo a telha ser igual à da cobertura da livraria.

Libro das obras, fl. 126v.

– «Item a 16 de Julio de 1545 di a **Gaspar da Costa y a Manuel Bernaldez** cinco mill y ochocientos reays y obligaron se a tellar el dormitorio todo desde el topo hasta el poyo al modo que esta tellada nuestra libreria asy de assentar las cimallas de ambas partes y las lagas del topo y fazer los caños muy bien hechos de ambas partes com sus tellas en riba das cimallas bien rematadas etc. y por esta obra les daremos doze mill reays y mas dos cruzados por la albaneria dos caños que no se há de medir. Y la outra albaneria se medira hasta juntar com las cimallas o com las lajas las quales no se miden. Y por verdade asygnaron ----- XX IIIIº U LXV (?).

(*Rubrica de*) Gaspar de Costa».

Doc. n.º 11

1544, Setembro, 9 - Coimbra

Frei Luís de Montóia, pessoalmente ou por seu representante, contrata com os empreiteiros Jorge Dias e António Lopes a construção dos arcos da abóbada do claustro.

Libro das obras, fl. 137.

+

– «Item a 9 de Setembro de 1544 nos concertamos com Jorge Diaz y Antonio Lopez pedreros que se obligaron de nos fazer los arquiños de boveda da claustro muy bien

labrados y aparellados pera se poder assentar y puestos al pie da obra por precio de dozientos reays por cada vara de arco.

Son onze arcos. Y por verdad assignaron aqui. Y si fuere menester assentar se los ditos empleyteros se obligan de los dar assentados por su jornal o como nos concertarnos. Y por verdad assignaron aqui. Y yo les pagar elos costos y feria como les suelo pagar.

Jor (*sinal*) ge Diaz

Amtonio (*sinal*) Lopez».

Doc. n.º 12

1544, Agosto, 3 – Coimbra

Frei Luís de Montóia contrata com os já conhecidos mestres pedreiros João Luís e Jerónimo Afonso, a construção de pedraria da sacristia e da casa do capítulo do Colégio e Convento da Senhora da Graça de Coimbra, acto a que assistiu Diogo de Castilho, que ficou como fiador das duas partes.

Libro das obras, fl. 139.

– «Item a 3 de Agosto de 1544 nos concertamos com Juan Luís y com Jerónimo Affonso pedreros moradores en esta cibdad que se obligaron de nos fazer la pedraria que nos es necessária pera nossa sacristia y cabydio, *conviene a saber*; tres arcos pequenos en cada casa que tengan de grosso un buen palmo y de alto un buen palmo y torno con las molduras que el señor Diego del Castillo les diere por precio de dozientas y veynte reays por vara.

Item dos arcos en cada casa grandes de dos palmos boos de grosso y de un palmo y medio de alto com las molduras que les dieren por precio de trezientos y veynte reays por vara.

Ytem faran las cimallas que fueren necessárias de un palmo de alto com la moldura da outra cimalla y de leyto com sacada dos palmos boos por precio de ciento y setenta reays <cada vara>.

Item faran las represas que foren necessárias de las molduras de las da claustra mayores en proporcion que las otras y y conforme a los arcos por precio de siete veyntenes por cada una y ser les han medidas com las cimallas y toda esta obra há de yr muy bien labrada y limpia a formon y aparellada pera que se poder assentar.

Item se obligaron de assentar estos arcos grandes y pequenos y dar los assentados y limpios y sanos por precio de un cruzado assi los grandes como los pequenos. Y yo sere obligado a dar les los andamios y cinbrias fechas y puestas.

Ytem se obligaron a fazer toda esta obra daqui a tres meses que este acabada y assentada sin ? dias quisiere. Y dar les hemos dineros por sus ferias como fueren haziendo la obra. Y por verdad assignaron aqui con el señor Diego del Castillo que estuvo presente y salio por fiador de dambas partes.

Fray Luis de Montoya

Diogo de Castilho

Joam Luys

Jerónimo Affonso».

Doc. n.º 13

1545, Janeiro, 12 – Coimbra

O mestre pedreiro, João Luís, um dos segundos outorgantes no contrato da sacristia e da casa do capítulo, realizado em 3.08. 1544, compromete-se, agora, a fazer o arco da casa do capítulo, com o vão de 11 palmos (2,42m).

Libro das obras, fl. 140v.

– «Item a 12 de Jenero de 1545 nos concertamos com **Juan Luis pedrero** que se oblige de nos fazer el arco do cabido de XI palmos de vano y de alquitrave de piedra de Ançan muyto bien labrada y limpia y chanflado solamente y com una sacada pera la represa da boveda y una pia piqueña en una parte y del alto que empine (?) con tres degrados en grosso da pared do arco todo labrado y puesto al pie da obra. Y nos le daremos por este arco y dedgrados quatro mill reays pagados como fuere haziendo la obra. Y mas le damos quatro piedras grandes que tenemos y mas si alguna piedra overe en casa pera los degrados que se hazen en el grosso da pared. Y por verdad assgno aqui. Y dimos le luego dos cruzados ----- DIII^c.

Joam Luys».

Doc. n.º 14

1545, Setembro, 25 – Coimbra

O mestre pedreiro João Diaz compromete-se a fazer uma fresta para o refeitório do Colégio e Convento da Senhora da Graça de Coimbra.

Libro das obras, fl. 141v.,

– «A 25 de Setiembre de 1545, nos concertamos com **Juan Diaz pedrero** que nos há de fazer una fresta pera nuestro refitorio rasgada de ambas partes de cinco palmos y medio de largo y de 13 de alto. Y mas nos dara acabado el portal del refitorio de ocho palmos de largo y doze de alto, todo muy bien labrado y limpio por precio de tres mill y trezientos reays y mas quatro piedras que nos le damos. Y por verdad que fara esta obra y que recibio pera ella mill y trezientos reays y mas un cruzado que le devia das cimallas que assento en nuestra clautra assigno aqui. ----- I U III^c.

Joam Diaz».

Doc. n.º 15

1543, Julho, 16 – Coimbra

Frei Luís de Montóia contrata com os oleiros João Peres - por alcunha “D. João” - e Francisco Eanes “o Velho”, o fornecimento de dez mil canos (canudos) para a drenagem das águas do Colégio da Graça de Coimbra.

Libro das obras, fl.- 143.

+

– «Item a XVI dias de Julio de 1543 años me concerte com **Juan Perez, Don Juan de alcuña, y Francisqu’Iañez o Velho, olleros** que se obligaron de fazer diez

mill canudos de muy buen barro y muy bien feytos contados sanos y de recibir a la porta do forno pera las obras de nuestro colegio por precio de quinientos y sesenta reays por millero, los quales diez mill canudos se obligaron de dar dentro de quinze dias, los seys mill y de aqui a un mes otros quatro mill asy que de aqui a Nuestra Señora de Agosto avran acabado de dar los dichos diez mill canudos. Recibieron logo tres mill reays. A todo esto estuvo presente Antonio Leytan y dixo que conocia estos hombres y que salia por fiador que compliran su palavra de lo que prometen y por verdad assignamos aqui todos.

Fray Luis de Montoya

Dom + Juan

Amtonio Leytão».-

Doc. n.º 16

1543, Outubro, 1 – Coimbra

Frei Luís de Montóia contrata com o imaginário Diogo Jaques a escultura da imagem de Nossa Senhora do Pópulo, com o nicho em que seria colocada (encasamento), pagando-lhe por estas obras o que Diogo de Castilho determinasse.

Libro das obras, fl. 160v.

- Item primero dia de Otubre de 1543 años nos concertamos con Diego Jaques ymaginario estante en esta cibdad de Coymbra que el se obliga de nos fazer la ymagen de Nuestra Señora de Populo con el encasamento que se ha de assentar sobre el portal de nuestra porteria conforme a una traça y padron que nos tiene dado. La qual obra toda ha de dar feyta y acabada la imagen de Nuestra Señora por todo este mes de Otubre e el encasamento fara por todo el mes de **Noviembre** proximo que viene deste año de 1543. E por esta obra le pagaremos lo que Diego del Castillo dixere que vale. Y pera en parte de pago le dimos luego tres mill reays y acabada la ymagen de Nuestra Señora en fin deste mes le daremos otros mill reays y acabado el encasamento le daremos todo lo que restare. Y por verdad assinamos aqui con Juan Gonzales que estuvo presente.

Fray Luis de Montoya

(Rubrica de Diogo Jaques)

Juan Gonzalvez».

Item a 3 de Nobembro nos truxo Diego Jaques la ymagen e le pagamos mill reays como parecí por un conocimiento que tiene Juan Gonzales.

(À esquerda): I U.

Item a 23 de Noviembre de 1543 nos truxo Diego Jacques el sagrario feyto pera el Sancto Sacramento, y dimos le quatro cruzados de los quales tiene el ç¹³⁶ o cinco el sacristan.

(À esquerda): I U DC.

Item a 20 de Diciembre dimos a Diego Jaques un cruzado con que finco pago del sagrario.

(À esquerda):IIII^c.

¹³⁶ Palavra ilegível por causa de um borrão de tinta.

Item a XVI de Febrero de 1544 dimos a Diego Jaques dos mil reays e obligase de dar nos acabado nuestro encasamento muy bien hecho que este assentado pera el dia de Pascua proximo que viene. Y por verdad assigno aqui --

(À esquerda): ----- II U

(*Rubrica de Diogo Jacques*).

Item a 17 de Março de 1544 di a Diego Jaques dos cruzados y por verdad asigno aqui.

(À esquerda): --DIII^c.

Despues le mande con su moço um cruzado.

(À esquerda): --IIII^c.

(À esquerda): -- IX U II^c.

(*Rubrica de Diogo Jacques*).

Doc. n.º 17

1544, Abril, 26 – Coimbra

Diogo de Castilho vistoria a imagem de Nossa Senhora do Pópulo e acompanha a sua colocação no nicho encomendado, tendo sido tudo avaliado, com outros trabalhos anexos, em dez mil reais.

Libro das obras, fl. 161.

- «Item a 26 de Abril de 1544 vido Diego del Castillo el encasamento de nuestra ymagen y lo valio en diez mil realaes con la ymagen que esta feyta e con dos escudos que ha de fazer con sus coroas y duas biliñas en que asientem uno das quinas y otro de una jarra de Nuestra Señora todo muy bien acabado. Y di le luego sobre siete mill y doscientos reays que tiene recibidos desta obra otros mill oytocientos con los quales tiene recibidos nueve mill reales. Y los otros mil le dare daqui a dez dias quando tenga feytos los escudos. Y estara a ver sentar esta obra pera que se siente bien. Y por verdad asigno aquí. Y mas le di otros doscientos reays por la pedrezica que me fizo pera o sagrario. ----- II U.

(*Rubrica de Diogo Jaques*).

Item se pagaron estes mill reays a [*Diego*] Jaques por los escudos -- I U».

Doc. n.º 18

1544, Novembro 16 – Coimbra.

Frei Luís de Montóia incumba Diogo Jaques de fazer mais um sacrário de pedra, com a respectiva peanha, semelbante aos outros dois que já lhe tinba feito.

Libro das obras, fl. 161.

- «Item a 16 de Noviembre de 1544 nos concertamos con Diego Jaques que nos ha de fazer un sagrario de pedraria muyto boo conforme a los dos sagrarios que nos tiene feytos con su peana pera debaxo do (ilegível). Todo muy bien labrado y feyto mellor

que los que fizo hasta agora por precio de seys cruzados y medio. De los quales le dimos luego quatro cruzados y por verdad asigno aquí delante de Graviel de Rosa que salio por fiador de ambas partes y asigno aqui.

----- I U DC.

(Rubrica de Diego Jaques)

Graviel de Rosa.

Item a XXV de Noviembre di a Diego Jaques dos tostons ----- II^c.

Item a X de Diziembre le di un toston ----- C.

Item dia de Nuestra Señora da Ó le di tres tostons ----- III^c.

Item a 22 de Março di a Diego Jaques un toston ----- C.

Item a 4 de Mayo di a Graviel de Rosa pera Diego Jaques un toston C.

Item a 7 de Junio le di CC reays y mas el dia que nos truxo

el sagrario, ----- CC^o

conviene a saber, a 16 de Junio de 1545 le di un cruzado por las ----- IIII^c
 portiñas do sagrario y averiguadas nuestras cuentas hallamos que esta pago de toda su obra y el finca obligado de nos fazer la peana do sagrario que fizo y mas otra peana muy bien feytas y quando me trayga estas dos peanas yo le dare otro toston. Y por verdad assigno.----- IIII^c.

Pague este toston a Diego Jaques.----- I^c.

(À direita): -- III U II^c.

(Rubrica de Diego Jaques)».

Doc. n.º 19

1546, Dezembro, 18 – Coimbra.

Frei Luís de Montóia incumbiu o escultor Diogo Jaques de fazer um crucifixo de cinco palmos, pelo qual, além de uma oliveira, lhe pagaria dois mil reais.

Libro das obras, fl. 161v.

- «Item a 18 de Diciembre de 1546 dimos a Diego Jaques una olivera y obligosse de nos fazer un crucifixo de 5 palmos el qual acabado le daremos por el dos mil reays y madera pera la cruz. A 8 de Noviembre de 1547 dimos a Diego Jaques quatro cruzados pera pagar a Gaspar Fernandez do porton¹³⁷ e mas outro cruzado do que antes le aviamos dado y por verdad assigno ----- II U.

(Rubrica de Diego Jaques)».

Doc. n.º 20

1543, Agosto, 9 – Coimbra.

Frei Luís de Montóia contrata com o pedreiro António Fernandes a execução das guarnições das paredes do Convento – no documento, impropriamente, dito

¹³⁷ Duvidamos se será *porton* ou *Porto*. Verificar pelo original.

“monesterio” –, de algumas canalizações e outras obras necessárias, que Diogo de Castilho avaliaria.

Libros das obras, fl. 167.

+

- «A nueve dias de Agosto de 1543 años nos concertamos con **Antonio Fernandez pedrero** y se obligo de guarnecer todas las guarniciones das paredes de nuestro monesterio de Nuestra Señora de Graça de Coymbra guarnecidas y pinzeladas por dentro y por de fora muyto bien y fazer los encaneamientos que fueren necessários en la pared dela rua y mas los caños por de dentro y los telhados acabados muyto bien. Por lo qual todo le avemos de dar a treinta y cinco reays por braça del guarnecimiento medido vao por cheo sin fazer diferencia ninguna das cantareras ni dos portales <ni ginelas ni arcos> sino todo medido ala larga por las paredes. Ytem le daremos la cal que fuere necesaria puesta en la obra y el sera obligado a massar la cal y concertarla. Y mas le daremos el tejuelo necesario pera los aljarozes y mas la tella sobida en los tellados. Y el la porna y concertara que quede todo muy bien acabado. Y dar le hemos por los aljarozes y tellas y caños allen de lo que le damos por la guarnicion lo que pareciere a Diego del Castillo que merece mas. Y por verdade asignamos aquí con Juan Gonzales que estuvo presente.

Fray Luis de Montoya

Antonio (*senal*) Fernandez
Juan Gonzalvez.

Doc. n.º 21

1546, Fevereiro, 28 – Coimbra.

Frei Luís de Montóia ou seu representante contrata com Jorge Dias e Antão Lopes a execução das cinco mesas do refeitório do Colégio e Convento da Senhora da Graça de Coimbra.

Libro das obras, fl. 171.

+

- «Item a 28 de Febrero de 1546 nos concertamos com **Jorge Diaz e com Anton Lopez** que se obligaron de fazer nos cinco mesas del refitorio de XVI palmos y tres dedos de complido y de tres palmos y dos dedos de largo y com tres pies cada una que ternan de alto quatro palmos y tres dedos, com las molduras que nos concertamos toda la mesa al derredor y mas faran la mesa traviessa que terna XX palmos de complido y del largo y alto de las otras. Y mas faran los degrados que fueren menester pera debaxo das mesas de un palmo d'alto y otro de largo. Y pagar les hemos por cada mesa pequena mil y cient reays y por la mesa grande traviessa mill y doscientos reays y por cada vara de degrado setenta reays. Y elles seran obligados a dar me assentadas las ditas messas y degrados y yo sere obligado a les dar la cal y albaneria pera el asiento y a pagar les como fueren fazendo la obra. Y los degrados seran cuadrados. Y dimos les luego mill reays. Y por verdad asignaron.

(Dois sinais, um de cada um deles).
(Seguem-se dois recibos e depois):

Item a 24 de Abril de 1546 tenian hechas Anton Lopez y Jorge Diaz cinco mesas pequenas que valen <cinco> y quinientos reays.

Y mas tenian sentadas veynte y cinco varas de degrados que a LXX valen mill y setecientos y cincuenta reays ----- I U DII^c L.

Y mas por el arco que fizieron pera la casa da ministra les damos quatrocientos y cincuenta reays ----- IIII^c L».

Doc. n.º 22

1543, Março, 31 - Coimbra

Frei Luís de Montóia contrata com o serralheiro Gabriel de Rosa a execução de toda a obra de ferro, necessária para o Colégio e Convento da Graça de Coimbra, tomando como modelos, segundo os casos, as peças existentes no Colégios de S. Miguel e em Santa Cruz.

Libro das obras, fl. 181v.

- Item en XXXI dias de Março de 1543, nos concertamos con **Graviel de Rosa cellarero** que nos fara la obra que for necessária pera nosso colegio, *conviene a saber*, ferrollos y fechaduras o aldrabas y machos y femias por los precios siguientes:

Item fara todos los ferrollos grandes que foren necessários pera las puertas da rua y de la porteria y del carro y del cillero por precio de ciento y veynte reays por cada ferrollo que seran conformes a los que estan agora puestos en las portas del colegio de Sant Miguel que salen a la rua salvo dois ç tres pera las portas do darro y porteria que seran mayores.

Item fara los ferrollos mas pequenos que seran pera las portas mas pequenas que estan en las celdas o dentro de casa que son conformes a las que estan en las camaras del dito colegio de Sant Miguel o algo mas pequenas pera las celdas por precio de ochenta reays por cada uno.

Item fara las aldrabas que foren necesarias las grandes de palo y medio por precio de treinta reays por cada una por que asy dizen que las pagan en Santa Cruz. Y si yo quisiere algunas que sean la mitad mas pequenas pagar le han la mitad menos del precio, *conviene a saber*, a quinze reays o a sueldo por libra como foren.

Item¹³⁸

Item y toda esta obra se obbligo de fazer muy bien feyta muy limpia y labrada y trayda con tempo ala obra, Y como fuere dando la obra feyta le yran pagando lo que tubiere merecido. Y por verdad deste assunto asignamos aquí nuestros nombres.

Fray Luis de Montoya

Gabriel (*sinal*) de Rose».

¹³⁸ A seguir está cortado: «fara las grades que fueren menester».